

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 048

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MAIO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/147/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

061/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, altera e acresce parágrafo único, ao art. 4º, da Lei nº 12.248, de 31 de junho de 1998, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.555. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 1619/99, da Senhora Wanda Engel Aduan, Secretária de Estado de Assistência Social, comunicando transferência para o Fundo Estadual de Assistência Social-PR, dos recursos destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada, nos meses de janeiro a março/99. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 034/99

Curitiba, em 18.05.99.

Senhor Presidente.

Na semana passada o Plenário desta Casa aprovou a formação de Comissão Especial de Investigação - CEI, para vistoriar as propriedades da região de Querência do Norte, objetivo de despejos de trabalhadores rurais sem-terra pelo governo do Estado.

Diante disso, S. Exa. indicou como membro desta Comissão o Deputado Hermes Fonseca, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Agradecemos a gentileza da indicação, porém, em nome da nossa Bancada solicito retirada do Deputado Hermes Fonseca.

Certos de contarmos com o pronto atendimento, antecipamos nossos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Requerimentos:

REQUERIMENTO 992-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 223/99, que outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor sobre os parcelamentos de ICMS, concedidos com base na Lei nº 11.800.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, desentranhamento de documentação do Projeto de Resolução nº 02/98, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 992-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 475/96 de nossa autoria, ao Projeto de Lei nº 255/98, item 11 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada a data de 17 de junho de 1999, para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado ao Senhor Luiz Roberto Werner Rocha, conforme Projeto de Lei nº 30/96, aprovado por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 30/96, aprovado nesta Casa de Leis, concede o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Luiz Roberto Werner Rocha e foi aprovado em maio daquele ano - 1996.

Necessário faz-se a entrega do referido título ao seu destinatário, para o quê solicitamos que seja marcada a data citada.

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Brasilina Bonacin Valentini, ocorrido no dia 10 de maio de 1999, na Cidade de Andirá.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Senhor Eugênio Valentini, a Rua Pernambuco, 273, Andirá - PR.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Brasilina Bonacin Valentini, nasceu em São Simão, Estado de São Paulo, em 17/06/1918 e era casada com Eugênio Valentini, deixando os filhos: Wilson, Virgílio, Valter, Waldemar e Vilma.

Seus pais, Archanjo Bonacin e Maria Badan Bonacin, constituíram um dos principais tronco da

família Bonacin, pioneiros e desbravadores do Município de Andirá.

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, a pessoa de grande valor e muitas qualidades que sempre colocou os interesses do esposo, filhos e família acima de suas preocupações pessoais.

Descendente, daqueles que chegaram a Andirá, quando tudo estava por fazer e as dificuldades pareciam insuperáveis, deixou como sua marca, o trabalho, a dedicação ao lar e extrema religiosidade, como atributo para as gerações futuras.

Os exemplos, deixados por Dona Brasilina, em seu relacionamento com a família e com as inúmeras amizades que conquistou, em todos os lugares, temos a certeza, nortearão os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de sua convivência.

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sylvia Barbosa Ferraz, ocorrido no dia 10 de maio de 1999, na Cidade de Andirá.

Requer ainda, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de Regina Barbosa Ferraz, Fazenda das Antas, no Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Sylvia Barbosa Ferraz era natural da Cidade de São Paulo, onde nasceu em 13/12/1923, filha de Bráulio Barbosa Ferraz e Aracy Álvaro Barbosa Ferraz, trazia na sua estirpe a determinação, coragem e honradez da família Barbosa Ferraz, pioneiros e desbravadores do Norte Pioneiro, desde as barrancas do Rio Paranapanema ao Vale do Ivaí.

Foi casada com Thomaz Dirickson e são seus filhos: Thomaz Henrique Dirickson e Ricardo Luiz Dirickson, que lhe proporcionou 5 netos.

Formada pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP, especializou-se em línguas Anglo Germânicas, tendo sido Professora e Doutora de Língua e Literatura Alemã da USP.

Após sua aposentadoria, veio para a Cidade de Andirá, onde dedicou-se as atividades agrícolas, na Fazenda das Antas, como que um reencontro com o passado dos Barbosa Ferraz.

Foram 25 anos, em que sua cultura, seus conhecimentos adquiridos no país e no exterior, cativou toda comunidade andiraense.

A perda de Sylvia Barbosa Ferraz, de nosso convívio, nos traz um grande vazio, pois a perda de tão distinta pessoa, merecedora que é do mais alto conceito, pelos seus valores profissionais e pessoais, serão sempre motivos enaltecadores de sua memória.

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a EMATER, alusivos aos seus 43 anos de fundação, a serem comemorados no dia 20 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela instituição Senhor Rubens Ernesto Niederheitmann, através de correspondência a ser encaminhada a Rua da Bandeira, nº 500 - Cabral, CEP: 80035-270, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve este documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a aprovação de votos de congratulações ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Ney Leprevost Neto, pela feliz iniciativa de realizar nos últimos dias 10 e 11 de maio, nesta Capital, o Encontro Estadual de Secretários e Monitores de Turismo. Indubitavelmente, o conclave promoveu um novo marco na implementação de ações, objetivando a qualificação e a agregação de valores para melhoria do turismo paranaense.

Do aprovado, requer, seja dado ciência ao Senhor Secretário de Estado do Esporte e Turismo, junto à Secretaria competente.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos formandos da Escola de Aviação Congonhas - EACON, pela cerimônia de formatura ocorrida em 15 de maio do corrente (sábado).

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Sessenta e um alunos receberam, em belíssima cerimônia, seus brevês, passando a Comissários de

Vôo, pela EACON - Escola de Aviação Congonhas, neste sábado último (15.05.99).

A EACON, fundada em 06 de abril de 1974, é presidida pelo Sr. Alberto César Bertolucci e dirigida pela pedagoga Marilda Terezinha Jimenez Hernandez. É instituição de formação de profissionais da aviação civil, que abrange desde as atividades de terra, passando por áreas de manutenção, operação, engenharia e pilotagem. Os profissionais que dali saem vêm suprir o mercado de trabalho do nosso Estado e de outros. A Escola é dotada de infra-estrutura que lhe permite atender cursos teóricos e práticos, o que possibilita a formação de mecânicos de aeronaves, pilotos de diversos níveis, comissários de vôo, despachante de operações de vôo, engenheiros de vôo, além de uma série de cursos de especialização dentro da aviação civil. Ainda, dentro das atividades aeroesportivas, a EACON mantém cursos de pilotagem de ultraleve, prática de pára-quedismo e girocóptero na unidade de Curitiba.

Com um conceituado corpo de instrutores a EACON vem se destacando no cenário nacional como instituição das mais sérias, sendo procurada por muitos que querem alçar vôo.

Aos formandos que receberam sua graduação na solenidade de formatura da EACON em data de 15 de maio de 1999, nossos parabéns, que seus ideais sejam os alicerces de suas caminhadas; aos instrutores, toda a equipe de trabalho, à Diretoria-Geral e ao Sr. Presidente da EACON, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal "O Paraná" do Município de Cascavel, pela passagem de seus vinte e três anos, em data de 15 de maio de 1999.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "O Paraná", comemorou em data de 15 de maio do corrente, 23 anos de circulação. Veículo de comunicação dos mais sérios, alcançou notoriedade como um dos grandes veículos de comunicação social da mídia impressa paranaense.

Sabemos que nestes anos de trabalho ininterrupto, o Jornal "O Paraná" enfrentou as mesmas dificuldades pelos quais passaram todos os segmentos econômicos do país, mas apesar das muitas adversidades, conseguiu com coragem superar obstáculos e firmar-se como empresa sólida e muito séria. Agora, o Jornal encontra-se em pleno processo de modernização, inaugurando as novas instalações

da sede administrativa, redação e oficina, novo parque gráfico e o início da circulação em cores.

Por suas páginas já passaram as mais diversas e importantes reportagens, sempre registrada de forma séria e imparcial, o que lhe garantiu sempre um jornalismo limpo e muito bem reconhecido.

Ao Jornal "O Paraná", seus funcionários, equipe de trabalho e seus diretores, André Heitor Costi e José Carlos Costi, pela comemoração de seus 7 anos, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de congratulações à Escola Estadual Eleodoro Ébano Pereira, de Cascavel, pela conquista das antigas instalações do Fórum do município, que foi transferido para outro local.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(aa) EDGAR BUENO

ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Em consequência de vários pleitos, resultantes da união das diferentes forças políticas do município, e através do exemplo de organização e unidade de sua direção, a Escola Estadual Eleodoro Ébano Pereira, de Cascavel, conquistou em definitivo uma área que antes era ocupada pelo Fórum da Comarca, ampliando suas instalações.

É importante destacar que a referida escola desenvolve um projeto pedagógico inovador no Brasil, o que por si justifica ações governamentais para dotá-la de melhor infra-estrutura, como agora acontece com a ampliação de seu espaço físico.

Neste sentido, propomos que a Assembléia Legislativa reconheça a compreensão do Governo do Paraná, que através de seus órgãos como a Casa Civil, a Secretaria de Administração, o Núcleo Regional de Educação de Cascavel e a Promotoria Pública Estadual, acolheu esta reivindicação da comunidade escolar da Escola Estadual Eleodoro Ébano Pereira, apoiada pela classe política cascavelense.

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de congratulações ao Jornal "O Paraná", de Cascavel, pela passagem de seu 23º aniversário de ininterrupta circulação em defesa do Oeste paranaense, conforme justificativa exposta a seguir.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(aa) EDGAR BUENO

ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Para fundamentarmos a apresentação deste requerimento, que propõe que a Assembléia Legislativa envie votos de congratulações ao Jornal "O Paraná" de Cascavel, pela passagem de seu 23º aniversário, nada mais oportuno do que a transcrição das duas principais chamadas de capa, publicadas em sua histórica edição do último sábado, 15 de maio, nos seguintes termos:

"Estrada do Colono não fecha mais", com este destaque, a manchete principal do jornal informa a reabertura da Estrada do Colono, que é uma antiga e justa reivindicação das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e que se transformou em conquista após anos de luta. Ao dar a notícia, o jornal reforça que a preocupação das lideranças, a partir de agora, "é viabilizar projetos de preservação ambiental em parceria dos municípios com os governos estadual e federal (leia-se IBAMA), além de fomentar iniciativas que visem o fomento do ecoturismo para não só promover a integração homem-natureza como levantar os recursos necessários à preservação da fauna e da flora".

"O Paraná ganha cores mais vivas", a verdade continua em preto e branco, mas "O Paraná" ganha cores mais vivas a partir de hoje, data em que comemora o 23º aniversário de circulação ininterrupta e defesa intransigente das grandes causas da população oestina. Foram 23 anos de intermináveis batalhas e importantes vitórias para o Oeste paranaense, como a universidade, a ferrovia e a Ponte de Guaíra. Essas conquistas deram mais vida à região, cujo brilho a partir de agora será mostrado em todos os seus matizes nas páginas de um "Jornal de Fato".

Criado em 15 de maio de 1976, o Jornal "O Paraná" é um orgulho para Cascavel e nasceu já com a cara do oeste e sem demora se transformou em um dos mais fiéis e ativos defensores das grandes causas da região, mercê da condução ética do saudoso Editor-Chefe Emir Sfair (*in memoriam*) e do Diretor-Presidente André Heitor Costi.

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto (Av. Visconde Taunay, 950); ao Juiz Federal, Joel Ilan Paciornik (Rua Voluntários da Pátria, 532, Curitiba), Diretor do Foro da Justiça Federal no Paraná, pela instalação de duas Varas da Justiça Federal em Ponta Grossa.

Com a instalação das duas Varas Federais, a comunidade terá várias vantagens, uma vez que para a cidade virão servidores da Justiça Federal, o que por seu turno resultará no aumento da riqueza do município, com maior circulação de riquezas, e assim também o resultado de uma presença bem mais marcante de profissionais do Direito e partes dos processos da Justiça Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Itaipu Binacional (Av. Comendador Araújo, 551 - Ctba), pela comemoração de seus 25 anos.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Itaipu Binacional, maior usina hidrelétrica do mundo, completou em data de ontem (17 de maio de 1999) 25 anos. Foi criada pelos Governos do Brasil e Paraguai e é um dos locais mais visitados pelos turistas que chegam ao nosso Estado.

Desde a entrada em funcionamento, a Usina de Itaipu já gerou mais de 800 bilhões de kwh e deve atingir 1 trilhão de kwh no primeiro trimestre de 2001. A Usina é responsável pelo suprimento de 31,5% da energia elétrica das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e por 24,5% do consumo total do nosso país.

O lago de Itaipu é o sétimo em tamanho no Brasil e o que tem melhor proporção de energia produzida por quilômetro de área alagada. Seu reservatório, formado em 14 dias - entre 13 e 27 de outubro de 1982 - tem área de 1.350 km quadrados.

Em 1977 a usina foi aberta à visitação pública e já recebeu mais de 10 milhões de pessoas vindas de 164 países. O pagamento de royalties pelo aproveitamento hidráulico do Rio Paraná, desde 1991, permitiu o repasse de 900 milhões de dólares, dos quais aproximadamente 75% ficaram no Paraná - metade com o Governo e metade com os 15 municípios banhados pelo lago.

À Itaipu Binacional, seus Diretores, sua equipe de trabalho, pela passagem de seus 25 anos, sendo reconhecidamente uma das maiores potências geradoras de energia elétrica do nosso País, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações a Ilustríssima Senhora Presidente do Jornal Identidade - Vera Lucia Haut e a Associação dos Datiloscopistas e Identificadores do Estado do Paraná, pela edição do Jornal "Identidade", fundado em 05/06/1984.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 05 de junho de 1984, pela Associação dos Datiloscopistas e Identificadores do Estado do Paraná para levar informações a todos os seus associados, auxiliando no desempenho da classe.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Presidente do Jornal Identidade - Ilustríssima Senhora Vera Lucia Haut - Rua José Loureiro, nº 376 - Centro - CEP: 80010-000 - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária, votos de parabenização, ao jovem atleta Gustavo Kürten, pela vitória do grande torneio de tênis, Super 9 de Roma, ocorrido ontem, domingo dia 16/05/99, em Roma.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, congratula-se diante da vossa tão importante atuação no Torneio Super 9 de Roma, em Roma.

Todo o País, sente-se honrado pelo seu ilustre representante e torce para que a vossa vida seja sempre coroada de vitórias e muitas alegrias.

E nós do Paraná, saudamos com grande satisfação o seu desempenho em elevar o nome do Brasil nos Esportes.

Requer outrossim o envio de correspondência de parabenização à família.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos aos senhores: Adonai Aires de Arruda, Eduardo Norberto Procopiak e José Luiz Sander, eleitos respectivamente como Presidente, Diretor Financeiro e Membro do Conselho Fiscal da Feder-

ação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação (FEBRAC) para o biênio - 1999/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos referidos empresários.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os Senhores Adonai Aires de Arruda, Eduardo Norberto Procopiak e José Luiz Sander, são empresários paranaenses, pertencentes ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná, que eleitos, vão dirigir no biênio 1999/2001, Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação - FEBRAC - com sede em Brasília/DF.

É com grande júbilo que requeremos hoje, para ficar consignado nos Anais da Assembléia Legislativa Paranaense, votos de congratulações e aplausos aos mencionados empresários pela eleição e posse na FEBRAC.

Entendemos ser da maior significação para todos nós paranaenses, pois, desnecessário é destacar a importância da Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação, porque está presente e evidenciada no dia-a-dia da sociedade.

A federação como órgão de defesa da classe precisa ter a sua frente homens que representem realmente o sentir de seus associados e que possuam qualidades excepcionais de líderes.

Vivemos uma época em que as dificuldades se multiplicam, desafiando os homens que se debatem num caos ameaçador.

Sobre a FEBRAC pesam, em momentos como estes, tremendas responsabilidades. Órgão orientador por excelência, é também receptor e a ela cabe auscultar as necessidades dos associados, assim como formar-lhe a defesa toda a vez que esta se fizer necessário.

Aos mencionados empresários paranaenses, estão entregues os destinos da Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação - FEBRAC - com sede em Brasília/FF.

A eles depositamos a nossa confiança, na certeza de que levarão a bom termo a tarefa que foram incumbidos.

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, Moção de Alerta elaborada no 22º Encontro Estadual dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, ocorrido em 09 e 10 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio no Estado do Paraná Senhor Gilmar

Zachi Clavisso, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Itararé, 43 - sala 14/15, CEP: 80060-040, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Na referida Moção de Alerta, os Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, protestam pela extinção do Serviço de Fiscalização da Qualidade na Comercialização de Produtos de Origem Vegetal (FICOPOV) há cerca de um ano, em função da suspensão do convênio entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, salientando que torna-se difícil implantar competitividade na agropecuária paranaense sem um adequado serviço de fiscalização.

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada moção de apoio à manifestação da ACAMOP - Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, no sentido de contestar a proposta de extinção dos Fundos de Previdência dos Municípios, com envio de Mensagem aos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme justificativa a seguir.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A ACAMOP - Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, entidade com sede em Cascavel, presidida pelo dinâmico Vereador Ivar Baréa, aprovou como uma de suas lutas a mobilização dos legislativos daquela região, no sentido de sensibilizar a classe política e em especial as autoridades governamentais contra a extinção dos Fundos Municipais de Previdência, manifestando-se contrariamente ao retorno de tais fundos ao regime do INSS.

Entre as razões que fundamentam a manifestação, recomendada pela ACAMOP, que incorporamos ao presente requerimento, destacam-se as seguintes:

A Constituição Federal de 1988 (art. 149 e parágrafo único), que os municípios instituíssem seus próprios fundos de previdência. Tal dispositivo continua em sua inteira vigência.

Todavia, o Governo Federal, contrariando a faculdade constitucionalmente assegurada aos municípios, vem, agora, exigir que os municípios com menos de 1.000 (um mil) servidores (quase 95% deles), voltem a contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social, ferindo de morte aquele disposi-

tivo, bem como fazendo tabula rasa da Autonomia Municipal, consagrada no art. 18 da mesma Carta Magna;

O que se estranha é que a tramitação de tais leis tenha sido feita na "surdina", sem que o Congresso, notadamente a Câmara dos Deputados e os parlamentares federais, pessoalmente, fizessem passar tais Projetos de Lei ao conhecimento dos Prefeitos e Câmaras Municipais para a colheita de eventuais sugestões;

Com exceção de poucos municípios, cujo percentual de desconto e contribuição própria aos seus respectivos fundos é baixa, a grande maioria amealhou, ao longo desses anos, considerável valor nos seus Fundos de Previdência, despertando a cobiça de alguns Prefeitos que, esporadicamente, começaram a extinguir seus Fundos, fazendo uso dos valores existentes mas, estranhamente, mantendo o sistema de aposentadoria pela imediata constituição de um novo Fundo, com o caixa "0" (zero), ao invés de retornarem **facultativamente** ao INSS;

De fato, facultativamente, os municípios até que poderiam retornar ao regime de Previdência Oficial (INSS), porquanto o já mencionado parágrafo único do art. 149, da CF permite isso. Jamais, porém, compulsoriamente, como quer o Governo Federal através das Leis já faladas;

Todavia, nem facultativamente, os Prefeitos que extinguíram seus fundos voltaram a contribuir para o INSS, face ao encargo que isso representa. Ora, se não conseguem dar aumento de 5%, 10% ou 15% aos seus servidores, como é que conseguiriam contribuir ao INSS, em valores maiores do que contribuem aos seus Fundos de Previdências próprios?

É pensamento dos vereadores, respaldados na experiência do passado e na análise dos aspectos legais da questão que, a extinção dos referidos Fundos de Previdência e, bem assim, o retorno à contribuição ao INSS, será um erro histórico inominável e imperdoável prejuízo aos servidores municipais, sem embargos de enorme desvantagem para os municípios;

Sem dúvida, apesar dos argumentos em contrário, o encontro de contas com o INSS, apesar das aposentadorias já concedidas aos servidores pelos municípios, à conta do fundo, será **desvantajoso para os municípios**, os quais, na pretensão do Governo poderão ter seu débito com a Previdência AUMENTADO, com nefastos reflexos sobre a receita municipal.

Assim, Senhores Deputados, este requerimento propõe que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná some-se à justa manifestação da Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná - ACAMOP, reforçando apelo às autoridades federais, notadamente aos Presidentes da

República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no sentido de impedir que se consuma a extinção dos Fundos de Previdência dos Municípios e que seja restabelecida a situação anterior, com políticas visando fortalecer tais fundos.

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado Ofício ao Ilmo. Sr. Fric Kerin, MD. Presidente da Urbanização de Curitiba S/A, solicitando retorno da circulação da linha de ônibus Coqueiros ou uma maior frequência de tráfego da linha do ônibus Bairro Novo para atender o deslocamento dos moradores até um dos terminais.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Os moradores dos Conjuntos Coqueiros I, II, Damasco e Girassol, solicitam o retorno da linha de ônibus Coqueiro, ou então uma frequência maior da linha Bairro Novo, tendo em vista que existem muitos idosos e deficientes que estão sofrendo muita dificuldade de acesso até a Isaac Ferreira da Cruz.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de ofício, o presente ao Sr. Fric Kerin, MD. Presidente da Urbanização de Curitiba S/A, (Av. Presidente Afonso Camargo, 330, Jardim Botânico, CEP: 80060-090, Curitiba-PR), a fim de que seja analisada a solicitação dos moradores.

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de um carro para combate de incêndios, no Município de Nova Olímpia.

Tal proposta objetiva a prevenção e combate aos incêndios que ocorrem no Município, proporcionando maior segurança à população.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Prefeito Municipal (Rua Lucovico Pradela, 265); ao Vereador Anísio Roberto de Campos, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87490-000.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Nicolau Imthou Klüppel, MD. Diretor Presidente da SUDERHSA, solicitando a realização de obras de recuperação do sistema de captação de águas da SANEPAR no Distrito de Nilza, Município de Iporã.

A iniciativa do Legislativo Municipal de Iporã, de autoria do Vereador Dorival Passarella, relata a ineficácia do sistema de escoamento de águas pluviais do Distrito de Nilza, que favorece o assessoramento e devastação de algumas áreas rurais próximas àquela localidade e, mais adiante, ameaça seriamente o sistema de captação de águas da SANEPAR daquele Distrito. Assim, medidas se fazem necessárias para a recuperação de tal sistema de captação de água.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador José Sorrilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Dorival Passarella (Rua Pedro Álvares Cabral, 2707) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de um carro para combate de incêndios, no Município de Nova Olímpia.

Tal proposta objetiva a prevenção e combate aos incêndios que ocorrem no Município, proporcionando maior segurança à população.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Prefeito Municipal (Rua Lucovico Pradela, 265), ao Vereador Anísio Roberto de Campos, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87490-000.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor José Tavares, solicitando o remanejamento dos detentos do Presídio Hildebrando de Souza, no Município de Ponta Grossa.

Com capacidade de 80 detentos mas atualmente com um total de aproximadamente 180, o presídio está sujeito a rebeliões, devido a não existência de espaço físico.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à FUNDEPAR, reforçando solicitação de bandeiras do Brasil e do Paraná para o Colégio Estadual Profª Maria Helena Teixeira Luciano, localizada no Município de Pontal do Paraná - Shangri-lá.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Profª Maria Helena Teixeira Luciano, localizada no Município de Pontal do Paraná, Balneário de Shangri-lá, objetivando incentivar o civismo em seus alunos, está solicitando bandeiras do Estado do Paraná e do Brasil.

Com o intuito de efetuar a liberação das bandeiras, protocolamos junto à FUNDEPAR, processo sob nº 4.000.556-0, para o qual solicitamos reforço deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Secretário de Segurança Pública, solicitando a imediata investigação das denúncias de participação de policiais militares com a prostituição infantil na Avenida das Torres, no Município de Curitiba, veiculadas na Gazeta do Povo, em anexo.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

São gravíssimas as denúncias de prostituição infantil veiculadas pelo Jornal "Gazeta do Povo", que inclusive envolvem a participação de policiais militares. O jornal denuncia que meninas de 9 anos de idade vendem o corpo na Avenida das Torres, em Curitiba. O relato de uma delas é assustador: "Os policiais não pedem compensação para que possamos trabalhar. Apenas vêm aqui de madrugada, como clientes. Nos colocam na viatura e nos levam para cantos escuros para transar, mas pagam direitinho", revela. Isto posto, solicito a aprovação deste requerimento, para que a Secretaria de Segurança Pública investigue as denúncias; puna os policiais envolvidos e iniba a prostituição de crianças e adolescentes desenvolv-

endo atividades em conjunto com o Conselho Tutelar e demais entidades ligadas a área de proteção à infância.

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, a remessa de correspondência ao Exmo. Secretário de Estado do Governo, Dr. José Cid Campelo Filho, solicitando liberação de verbas à Secretaria dos Transportes para que seja feita a manutenção das margens da Rodovia PR-323 - Rodovia Osvaldo Pacheco de Andrade, que liga o Município de Maringá à Guaíra.

Às margens da referida rodovia encontram-se praticamente sem sinalização, pois o mato já escondeu as placas, dificultando desta forma a visão dos motoristas.

O movimento da PR-323 foi triplicado nos últimos meses devido a fuga dos caminhoneiros para desviar o pedágio no trecho Campo Mourão/Cascavel e devido tráfego da Ponte Guaíra/Mato Grosso ter sido intensificado devido a safra.

Estas variáveis aumentaram o tráfego da PR-323 de uma forma assustadora.

Há necessidade urgente de proceder roçada às margens da estrada e este parlamentar, em consulta ao Departamento de Estradas de Rodagem - Núcleo de Maringá, recebeu informação de que não há recursos para contratação de mão-de-obra. Desta forma, requeremos o repasse de recursos para a Secretaria dos Transportes para início imediato da manutenção, a fim de evitarmos maiores aborrecimentos no que se refere a acidentes, pois a sinalização está totalmente coberta pelo mato.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 992-D

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de recursos financeiros para a ampliação da Creche Nice Braga, do Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jundiá do Sul, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita de ampliação da Creche denominada Nice Braga, para que possa continuar prestando importante atendimento na área social. Sendo aquela uma região agrícola

muito grande é o número de famílias carentes, o que faz aumentar por demais demanda da creche em questão, necessitando de ampliação de seu espaço físico.

Objetivando sanar este problema, protocolamos processo junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sob nº 4.049.328-0, para o qual solicitamos reforço deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando esclarecimentos sobre dados publicados no Balanço Geral do Estado referente ao ano de 1998, nos termos abaixo:

1. O objeto do contrato celebrado entre a Secretaria e a empresa Unisys Brasil Ltda, seu prazo de vigência, a forma de contratação (número do procedimento licitatório com as respectivas datas de publicação de seus atos), o valor do contrato, o estágio da execução do objeto contratado, os valores já pagos à empresa e os valores pendentes (empenhados e não pagos e os não processados), o endereço da empresa, seu CGC e o nome do responsável;

2. O objeto do contrato celebrado entre a Secretaria e a empresa Sofhair Informática e Eletrônica Ltda, seu prazo de vigência, a existência de termos aditivos, a forma de contratação (número do procedimento licitatório com as respectivas datas de publicação de seus atos), o valor do contrato, o estágio de execução do objeto contratado, os valores já pagos à empresa e os valores pendentes (empenhados e não pagos e não processados), o endereço da empresa, seu CGC e o nome do responsável.

Este deputado conta com a aprovação do presente Requerimento pelos Senhores Deputados considerando que a renúncia a essa atribuição significa a própria renúncia de uma das mais valiosas prerrogativas parlamentares.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, Diretor do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando cópia do Contrato de Terceirização das multas nas estradas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Secretário dos Transportes Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando informações sobre concessão para exploração das rodovias mediante cobrança de pedágio integrantes do Lote 01 a concessionária ECONORTE, a saber:

- 1) Cópia do Edital e seus Anexos;
- 2) Cópia do Contrato de Concessão, seus Anexos e Termos Aditivos;
- 3) Cópia da proposta comercial da concessionária;
- 4) Cópia do Plano Executivo de Concessão (P.E.C.);
- 5) Cópia do Fluxo de Caixa no período da concessão, referentes ao Lote 01 - ECONORTE;
- 6) Cópia do balanço analítico, do exercício de 1998, referente ao Lote 01 - ECONORTE.

O referido pedido justifica-se pela necessidade de saber qual o valor proposto pela Concessionária, qual é o impacto deste no custo total da obra, bem como o custo ao consumidor final.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente.

Os Deputados integrantes da Bancada do PDT - Partido Democrático Trabalhista, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando informações sobre a aplicação dos recursos provenientes de empréstimo obtido com o caucionamento das ações da SANEPAR, conforme justificam.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(aa) EDGAR BUENO

LUIZ CARLOS ZUK

MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público que a programada privatização da SANEPAR tem gerado polêmica no meio político do Paraná, causando preocupações entre a população paranaense, especialmente pelo caráter social da coleta, tratamento e distribuição de água. Paralelamente à idéia de passar para as mãos da iniciativa privada este importante e fundamental setor, o Governo do Paraná lançou mão de ações da empresa para a obtenção de empréstimo que, segundo consta, foi adquirido para ser aplicado em

obras de saneamento e preservação ambiental em benefício de todo o povo paranaense.

Neste sentido, é do interesse da Bancada do PDT que a Assembléia Legislativa tome conhecimento completo da execução de tal programa, para que os parlamentares que aqui representam a população de todas as regiões do Paraná possam levar ao conhecimento do povo todas as informações a respeito do tema.

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do editorial publicado na coluna "Notas e Informações" do Jornal "O Estado de São Paulo", do dia 16.05.99, sob o título "Em busca da Dignidade Perdida", cópia em anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente, ao Jornal "O Estado de São Paulo" e ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Dr. José Tavares.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 992-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, do artigo intitulado "Um, Dois, Três...", de autoria do Dr. Fábio Campana, publicado no Jornal Gazeta do Povo de 16 de maio de 1999 (ontem).

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 254/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos de Londrina - AAL foi fundada com o objetivo de promover a cooperação entre os seus associados na solução de problemas comuns, bem como atividades recreativas, sociais, culturais, esportivas, troca de experiências, intercâmbio e prestação de serviços sem finalidades política e religiosa, divulgando o desenvolvimento comunitário em todos os seus aspectos, a divulgação da Cidade de Londrina, de seu povo e de seus produtos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 255/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras de Caridade de Laranjeiras do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente, prestando assistência e orientação aos menos favorecidos. A documentação que instrui o presente plano de lei atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 256/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos e Moradores dos Bairros da Vila Lindóia, Vila Fani e região, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos e Moradores dos Bairros da Vila Lindóia, Vila Fani e região, foi

fundada em 08 de abril de 1998 - inscrita no CGC/MF nº 80.764.806/0001-95, com sede na Rua Durval P. Carvalho, s/n Vila Lindóia - nesta Capital.

É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos e religiosos. Tem por finalidade o estudo dos problemas relativos à melhoria e adaptação do ambiente urbano as aspirações coletivas: a articulação com o comércio, com a indústria em geral e com a comunidade no sentido de solucionar adequadamente esse caso, desenvolvimento de atividades recreativas, sociais e esportivas, assistenciais e culturais que estiverem a seu alcance.

Em anexo, relatório circunstanciado das atividades da Associação especificando o número das pessoas atendidas.

Sua última diretoria foi eleita em 1996 e não recebe qualquer tipo de bônus ou gratificações.

A Associação de Amigos e Moradores dos Bairros da Vila Lindóia, Vila Fani e região já é declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 8.336 de 08.12.1993.

Diante do exposto, contamos com o apoio do nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 257/99
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a ‘Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz’, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Na redação final da Lei nº 11.196 de 13.11.95, constou a palavra “Oeste” que na realidade não existe no nome da entidade, conforme demonstram o Estatuto registrado e o extrato do mesmo publicado no Diário Oficial do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 258/99
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas contempladas com o Plano de Incentivo Industrial do Governo Estadual, ficam obrigadas, a partir do momento da assinatura

do protocolo de intenções, a contratar, exclusivamente, para a execução das suas obras de construção, empresas comprovadamente paranaenses.

Art. 2º - O não cumprimento do contido no artigo anterior, implicará na nulidade do contido no referido protocolo de intenções e na perda dos benefícios oferecidos pelo Convênio.

Parágrafo Único - Em caso de acordos já contratados em que parte dos recursos já foram liberados, a empresa ficará impedida de receber novos recursos, o que não implicará no cumprimento de suas obrigações de saldar os débitos sobre os valores já recebidos, conforme o especificado nos contratos assinados.

Art. 3º - As empresas que já firmaram Convênio com o Estado, e ainda não completaram as suas obras de construção, desde que não tenham contratos firmados anteriormente com empreiteiras, ficam obrigadas a cumprir o que determina a presente lei.

Parágrafo Único - os contratos que foram assinados pelas empresas com empreiteiras, com datas anteriores à presente lei, deverão ter suas datas comprovadas mediante registro em Cartório.

Art. 4º - O conteúdo da presente lei deverá fazer parte das cláusulas dos protocolos de intenções e dos convênios do Governo do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.99.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A forma em que vem sendo desenvolvido o projeto de expansão industrial do Governo do Estado e de transformação do perfil do Paraná, de Estado eminentemente agrícola em um grande parque industrial, dever ter também, como objetivo, apoiar o desenvolvimento do setor de construção.

A propósito, o setor de construção detém um dos maiores índices de empregabilidade do País.

O que objetiva o nosso projeto de lei é exatamente isso, aumentar a oferta de empregos no Estado, utilizando-se da política de oferta de incentivos do Governo para a instalação de indústrias no Paraná.

Além do mais, proporcionará a oportunidade de desenvolvimento às empresas paranaenses, evitando a concorrência de outros Estados, sem ferir os planos do Governo do Estado e incentivando novos investimentos através das empresas paranaenses.

Desta forma dito e justificado, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou fazendo uso da tribuna hoje - não costumeiramente, só trazendo aqui o que interessa a minha cidade, a minha região e ao Paraná - para deixar consignado nesta Casa a preocupação do povo especialmente de Londrina, e voltadas as atenções todas para a Assembléia Legislativa do Estado, com relação a já protocolada Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as eventuais irregularidades na venda do SERCONTEL, COPEL e Banco FonteCindam.

Em Londrina é um silêncio total, por parte da administração do Prefeito Antonio Belinati: ninguém viu, ninguém ouviu, ninguém quer falar, e quem sabe está calado. Mas o ditado é popular, Deputado Waldyr Pugliesi: "nem sempre a gente sabe o que o calado quer".

Quero aqui deixar consignado nesta Casa o processo de retaliação, a algumas Lideranças de pessoas da Cidade de Londrina, comandada pelo Senhor Prefeito Antonio Belinati, já começou na cidade. Estou aqui, representando, com mandato popular, com 98% da votação oriunda da Cidade de Londrina, e é esse povo que vou defender aqui na Assembléia - doa a quem doer, doa ao Senhor Antonio Belinati, doa a vice-Governadora Emilia Belinati, e a quem mais estiver fazendo parte desta campanha deliberada, para acabar com o cofre público da Cidade de Londrina.

Não sou homem de fugir da raia, sou homem de enfrentar grandes batalhas e de ter grandes adversários, porque quem não tem grandes adversários não tem grandes amigos. Estive, durante anos, aliado ao Prefeito Antonio Belinati, a quem até tenho uma grande amizade, ou tive, e disposto até de ser ouvido em determinadas ocasiões, mas quero aqui dizer que acima de tudo está a honra e está o interesse da minha cidade.

E quero conclamar à Assembléia Legislativa e a todos os Deputados, não podemos deixar passar em branco uma oportunidade tão grande como essa de dar, entre outras, um atestado de boa conduta a administração do Prefeito Antonio Belinati, ao SERCOMTEL, a COPEL e ao Banco FonteCindam, porque se não existe nenhuma irregularidade porque a dor de barriga, por que a retaliação, por que o medo e por que não trazer a público o que realmente acontece com o dinheiro do povo do

Paraná? Na menina dos olhos que tem sido, e tem se constituído, o SERCOMTEL de Londrina, uma das melhores empresas de comunicação que temos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

A Cidade de Londrina, tanto na telefonia convencional como na celular tem sido considerada como uma das melhores do mundo. A qualidade da telefonia não se compra, inclusive, perde para o serviço prestado pela telefonia do SERCOMTEL. Acabaram com ela, dilapidaram o SERCOMTEL.

Aqui, defendendo o interesse do povo de Londrina, vou ficar atento. Vai ficar aqui, nessa primeira colocação, Deputado Alborghetti, ex-Vereador de Londrina - vamos dar sequência, se é para retaliar, vamos retaliar, porque armas nós temos. É uma vergonha o que fizeram com a SERCOMTEL! É uma vergonha a COPEL ter participado desta forma! E é uma vergonha o Governo do Estado do Paraná não querer que se instale essa CPI.

Quero hoje, Senhor Presidente, deixar consignado apenas isso. Por que a administração, em Londrina, tem outros fatores para contar. Estou vendo denúncias em manchetes dos jornais da Cidade de Londrina, com relação à autarquia municipal do meio ambiente, e que "tacaram" a mão desordenadamente no dinheiro, mexendo no bolso do contribuinte, com um super-faturamento até na capina do mato da Cidade de Londrina. Dizem que para financiar campanha eleitoral. Se é assim, vamos trazer aqui a verdade, porque esse é o fórum competente para se debater.

Não temos medo de cara feia, porque medo é uma palavra que não existe no quarto mandato, Deputado Rossoni, que conquistei com a confiança do povo de Londrina.

Fica aqui, Senhor Presidente, a nossa preocupação. Serei intransigente na defesa do patrimônio da SERCOMTEL, que é um patrimônio da minha cidade, que ajudei a constituir desde a minha infância e lá, comecei a minha vida.

O povo de Londrina espera, sobretudo, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que os nossos Deputados tenham a responsabilidade de também zelar pelo dinheiro da COPEL, que está envolvido. Doa a quem doer, Deputado Alborghetti, traremos aqui a verdade!

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Que tipo de retaliações o senhor está sofrendo?

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Fica, por enquanto, essa colocação, Deputado, porque meu tempo encerrou e terei a oportunidade de debater. Quero ver instalada a CPI e quero participar dela, para trazer aqui tudo aquilo que temos

armazenados de conhecimento para fazer valer a força do Parlamentar do meu Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Pastor Edson Praczyk.

O SR. EDSON PRACZYK

Senhor Presidente, nobres Deputados.

Mais uma vez ocupo esta tribuna e faço uso desse microfone para uma manchete, uma matéria publicada no domingo passado, dia 16, pelo jornal "Gazeta do Povo". Chamou-me bastante a atenção, porque como homem público agora, mas também como Pastor, já tendo inúmeras oportunidades de conversar com mães aflitas, que possuem filhos na prostituição.

A "Gazeta do Povo" publicou: "A Avenida das Torres 'esconde' prostitutas de nove anos". É lamentável, é um fato que já foi denunciado por esse expressivo meio de comunicação, já outras vezes passadas. Pelo que parece, ninguém fez absolutamente nada para que apressasse o extermínio dessa prática.

Na primeira reportagem, no primeiro detalhe que chamou a atenção, aconteceu no ano passado, onde foi constatado que desde 96 - ou antes disso - meninas a partir dos nove anos de idade, eram levadas à prostituição. Inúmeras denúncias foram feitas, inclusive aos órgãos competentes e esses mesmos locais de prostituição permanecem hoje. E o que é pior ainda, com a denúncia de que segmentos da Polícia Militar, que deveria fazer o papel de coibir tamanha atitude tem tirado proveito e se prostituído com essas menores. Então esse foi o primeiro detalhe que me chamou muita atenção e que me deixou muito indignado!

Outro detalhe é que o órgão competente deveria ser da pessoa do Delegado Júlio César dos Reis, titular da Ordem Social que disse que desconhecia este ponto, desconhecia o local e desconhecia que menores estavam sendo prostituídas ou se vendendo para manterem seu sustento, sua subsistência. Imaginem só se ele, embora ele dê por desculpa que há pouco tempo assumiu o cargo, se ele que é responsável por esta área não sabia disso, não tomava conhecimento disso, quem é então que deveria estar a par de tamanho crime?

Sabemos que existem leis sobre o crime de pedofilia, que é um crime inafiançável, porém esta lei não está sendo aplicada para que se inibisse este tipo de situação.

Outra coisa que também me chamou a atenção, aqui num dos recortes que tenho em mãos, da Gazeta do Povo, é que das muitas menores que se prostituem, uma delas faz o relato que de todas

as negociações, a mais rentável foi as vezes que, em duas, em dupla, duas menores foram levadas ao interior de um motel e foi a vez que mais faturaram, em sua vida. Então elas fazem um paralelo que entre os “programas” nas ruas ou nos escuros, elas ganham uma taxa, um preço, um valor, mas todas as vezes em que elas são levadas a um motel, menores que têm fácil acesso aos motéis, elas faturam o dobro, faturam o triplo, faturam muito mais!

Então fico surpreso, até por ser novo em meu mandato e apresento esta infeliz matéria, esta triste matéria, ou estas tristes matérias, apelando aos nobres Parlamentares que são, indubitavelmente mais experientes que eu, que me ajudem, porque ainda estou engatinhando, politicamente falando, de criar meios e formas em que se possa coibir mais, que se possa criar mais barreira, que se possa impedir que essa prática e principalmente o acesso a lugares onde menores tenham maior facilidade de prostituição.

Muitos de vocês, não me envergonho disso, pelo contrário até falo com muita honra, muitos de vocês são para mim um referencial em seriedade, um referencial em competência política, me faltaria tempo aqui para mencionar os nomes de muitos de vocês que, não apenas respeito mas também admiro. Então é justamente para os Srs. Parlamentares que eu faço este apelo, que me ajudem a melhor exercer a minha junção pública e ajudarmos a sociedade a ajudar este grupo. Punir quem deve ser punido, se de fato e de verdade existe esta má conduta por parte desses péssimos policiais, que ao invés de fazerem uso de seus atributos legais ainda estão explorando, sexualmente estas menores. E que nos ajudem a coibir esta facilidade de acesso a hotéis, motéis ou similares, que infelizmente são os principais locais de maior faturamento desses menores.

O Sr. Hidekazu Takayama

Nobre Deputado Edson Praczyk.

Estava ouvindo com atenção o depoimento e o desabafo de Vossa Excelência. Mas do que isso, a preocupação de um homem público com relação à condução e o comportamento da nossa sociedade. Nós somos o reflexo, o espelho da nossa sociedade. E quando vemos as barbaridades que Vossa Excelência apresenta e denuncia nesta Tribuna, apresenta com muita moderação, pela característica pastoral que Vossa Excelência também tem na vida que é prioridade absoluta. Nos preocupamos sim com a questão da prostituição, da pedofilia e com a decadência geral que nós vemos no dia a dia, quem sabe por causa do nosso próprio comportamento como Parlamentares e homens públicos, deveríamos nós somarmos esforços. E me somo nesse momento a Vossa Excelência pela preocupação que

tenho também em verificar que as autoridades não estão aquilatando as conseqüências, os desdobramentos que estão acontecendo diante dessa decadência moral, dessa abertura sem precedentes, desse crescimento da pornografia, da imoralidade, dos filmes que são passados em horas consideradas nobres, da falta de um mecanismo: porque aqui, quando se fala em democracia diz que não se deve colocar freios ou censuras, porque censura é contrária à democracia.

Mas acredito que exista um limite, o limite do bom senso, da decência, o limite daqueles que têm a consciência de que se nós dermos a abertura excessiva, vamos-infelizmente aquelas pessoas que não têm opinião formada, como por exemplo as crianças, que não sabem diferenciar entre as fantasias e a realidade que muitas vezes ao verem esses filmezinhos inocentes, os programinhas nos horários dos grandes apresentadores, trazendo aí os rebolados de “é o Tchan”, e outros, com músicas altamente erotizadas de deboche e decência, quando se falam palavrões abertamente e ninguém fala absolutamente nada.

Somo-me, gostaria de entender e creio que os Nobres Parlamentares, companheiros desta Casa que são pais de família e que são cristãos, devem estar procurando aquilatar o depoimento de Vossa Excelência, para que nós possamos sair daqui, usar esse mecanismo que é o Parlamento, para tomarmos atitudes enérgicas para coibir os maus policiais e elogiar e enaltecer aqueles que exercem com dignidade, porque em todos os setores da sociedade, seja no Parlamento, na Polícia, até na igreja, existe os bons e os maus.

Então, precisamos, numa atitude enérgica, até para servir como exemplo, coibir e denunciar os maus elementos, para que os bons não sofram as conseqüências e paguem pelos maus. Fica aqui o meu apoio irrestrito ao depoimento de Vossa Excelência. E quem sabe possamos tirar nesta Casa uma Comissão para aprofundar a questão, para que possamos fazer desse Parlamento um mecanismo para diminuir a violência, a imoralidade, a podridão, a prostituição infantil, porque senão não vale a pena estar aqui nesta Casa. Ou exercemos o nosso direito de Parlamentar e homens públicos ou então vamos virar vaquinhas de presépio. O que não é o desejo que tenho, e sei que nem de Vossa Excelências e dos demais Parlamentares desta Casa.

Parabéns nobre companheiro Edson Praczyk e somo-me ao discurso de Vossa Excelência.

O SR. PASTOR EDSON

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e concedo um aparte ao Deputado e amigo Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Pastor Edson, trouxe os recortes dos jornais e apresentei um requerimento à Assembléia Legislativa no mesmo sentido de Vossa Excelência e por isso quero parabenizá-lo pela sintonia e pela capacidade de empatia ao drama dessas crianças.

Tivemos, na legislatura passada, a CPI da prostituição infantil que teve o efeito de investigar, de tirar conclusões, sugestões, a maioria delas acatadas no âmbito dos municípios, da justiça. E algumas já transformadas em leis, porque a CPI propunha várias legislações estaduais e legislações a nível municipal, que é o caso dos hotéis, similares e outros.

Estou apresentando esse requerimento, no sentido de que, o Sr. Secretário da Segurança possa promover um acerto com a polícia militar, para evitar que a polícia também entre nesse esquema.

Quando a polícia encontra uma garota sendo explorada sexualmente, aliás não se fala prostituição infantil, se fala exploração sexual infantil. A prostituição tem outro conceito. Quando se pega um homem com uma garota de 14 ou 13 anos de idade. A menina cabe à ação social, Conselho Tutelar, Conselho Municipal do Direito da Criança e ao homem cabe à ação sim, de repressão, de qualificação com o crime.

Muitas vezes acontece o contrário. É mais fácil deter a menina por duas, três horas e liberar o homem. Isso tem acontecido, porque há conivência, há algumas facilidades. A exploração sexual infantil afeta não a polícia, mas o serviço de ação social. E temos isso. Há várias entidades filantrópicas ligadas a instituições religiosas, as prefeituras, que é o caso dos Conselhos Tutelares, - temos nove aqui em Curitiba, - ao Conselho Municipal da Criança que tem a responsabilidade das políticas públicas da criança. E o orçamento é muito pequeno.

Muito pequeno o orçamento gasto em assistência social para essas crianças. E temos uma realidade de desemprego, de crises econômicas que vem colaborar com a prostituição, a exploração sexual aumente. Bem falou o Deputado Hidekazu Takayama, estamos vendo a erotização das nossas crianças muito cedo. E o estudo recente da UNESCO coloca que a violência nas escolas está associado a erotização precoce. Aqueles garotos dos Estados Unidos que assassinaram, o fato que os levaram a assassinar está ligado ao "game" violento e a erotização pelos meios de comunicação, os "games", o computador, a internet que fazem com que baixem o nível de idade do entendimento das coisas.

A violência do adolescente e a erotização da adolescente é fruto desse processo descabido, sem controle. Acho sim que deve ter uma censura. Não à censura política, não a censura das idéias, mas a

censura da adaptação das informações com a idade das pessoas.

Vamos ficar atentos a isso, procurar fazer com que o próprio município tome as ações necessárias, como a assistência social. Combater a exploração sexual com assistência social. Os demais municípios do Paraná também. Conselhos Tutelares, os Conselhos Municipais que não funcionam de acordo, que não elaboram políticas públicas de atenção à criança e uma casa de passagem que custa 15 mil reais, contratar uma pessoa por um mil reais, para cuidar nós não temos. Porque é baratíssimo uma casa de passagem, até para levantar o histórico da criança, de 13 anos, de 10 anos, que é o caso da reportagem. Vamos ver aonde está o pai, e se o pai abandonou a criança, responsabilização criminal por abandono material. Está na Lei no Estatuto da Criança Adolescente.

Se não coloca a menina de 13 anos na escola, responsabilização criminal ao pai pelo abandono intelectual. Está na lei. Então precisamos ter mecanismo entre a criança, a sociedade e a família.

Porque o Estatuto é muito claro, a responsabilidade da preservação dos direitos é da família. O Estatuto da Criança a Legislação protege a família. E como falamos evidentemente na exploração sexual e na violência, nós estamos falando na falha de ter efetivamente famílias na sociedade.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Para concluir, dos muitos expressivos pronunciamentos desta Casa, e que muito me chamou à atenção, porque procuro aprender com o depoimento das pessoas mais experientes, destaco do nobre Deputado e Companheiro Luiz Carlos Alborghetti, quando inúmeras e repetidas vezes vem com a palavra, fica frustrado por querer ajudar, querer contribuir com a sociedade e muitas vezes se sentir de mãos e pés atados.

Não quero no final dos meus quatro anos de mandato sentir-me assim também. Então está aqui o registro da minha indignação e espero que os nobres Deputados me ajudem e que nós venhamos nos organizar para dar um basta nessa pouca vergonha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Carlos Baratter.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Senhor Presidente e Senhores Deputados, hoje pela manhã estivemos reunidos com o Secretário de

Indústria e Comércio, Sr. Eduardo Sciarra e com o Secretário da Justiça, Sr. José Tavares.

Lembrei nesta reunião de que um dos grandes juristas Beccaria, no seu livro "Delito das Penas, fez o primeiro tratado sociológico a respeito da recuperação do detento. Hoje, nesta reunião discutíamos a problemática das penitenciárias industriais do Estado do Paraná.

Na presença do empresário Sergio Terres de Cascavel, foi acertado de que ele colocará naquela penitenciaría em Cascavel, uma Indústria de Plásticos e através desta indústria faremos uma parceria com outros empresários da cidade gerando aproximadamente 540 empregos fora do presídio, mais 270, que são os presidiários, que são aquelas pessoas que irão trabalhar internamente nesta Indústria de Plástico.

O Jornal "Estado de São Paulo", do dia 15, no seu editorial, coloca um dado importante a respeito da busca da dignidade perdida.

Na verdade o político não trabalha muito com esta questão do preso, até por que ele não vota.

Pela primeira vez no Brasil, um Governo teve a preocupação de discutir com seriedade a questão do presidiário.

Quero aqui fazer um agradecimento ao Edison Vidal que foi no Governo passado do Lerner, secretário e, que iniciou esta proposta de industrializar os nossos presídios.

Agradeço a José Tavares que está muito empenhado nesta proposta e passo a ler alguns trechos do editorial de domingo, do Jornal "O Estado de São Paulo".

(Lê):

"Em busca da dignidade perdida.

É reconfortante verificar que ainda há autoridades públicas que se preocupam com questões que dificilmente renderão votos em qualquer eleição. Uma delas é a situação do sistema penitenciário. A opinião generalizada que se tem é que o sistema não recupera os presos e nunca poderá fazê-lo. Essa opinião, porém, felizmente, não se sustenta depois que se lê a série de três reportagens que o Estado publicou recentemente sobre o trabalho que está sendo desenvolvido no Paraná e São Paulo, especialmente no primeiro Estado, tendo em vista recuperar os detentos com o objetivo de reintegrá-los na vida em sociedade.

No sistema penitenciário do Paraná - como se mostrou nessa série da repórter Simone Biehler Mateos -, pode-se sair da prisão diretamente para o mercado de trabalho graças a oferta de ensino formal e de cursos profissionalizantes.

Mas os efeitos dessa transformação do detento em homem consciente de seu nível de escolaridade e de sua habilitação se fazem sentir muito antes no cotidiano carcerário: os que se formam

eletricistas, pedreiros e marceneiros auxiliam nas reformas e melhorias necessárias nas instalações e no mobiliário das prisões; os costureiros e alfaiates transformam roupas doadas em trajes sob medida; e há os que estimulam o detento à recuperação da auto-estima, cuidando de sua boa aparência, como os barbeiros, cabeleireiros e - muito especialmente - os protéticos dentários.

Essa evolução é resultado de uma outra, em nível político, em boa hora adotada também no Estado de São Paulo. Assim expressa por José Tavares, Secretário de Justiça do Paraná: "Se investimos para recuperar até lixo, por que não deveríamos fazer isso com seres humanos?"

Trata-se, com efeito, de buscar a dupla finalidade da sanção penal: a satisfação à sociedade pelo delito cometido e a recuperação, ou ressocialização do sentenciado. Se os responsáveis não tiverem em mente essa dupla função da pena, o sistema penitenciário brasileiro só se prestará a uma socialização às avessas, isto é, ao contágio rápido da criminalidade, cujo extremo é a difusão do uso de drogas, a reconstituição, dentro das prisões, de quadrilhas formadas fora, o seqüestro de pessoas tomadas como reféns, as fugas e rebeliões. Só no Estado de São Paulo foram 225 fugas e rebeliões, entre 1994 e 1997.

Na Penitenciária Central do Estado, em Curitiba, 120 dos 1,4 mil detentos já concluíram o ensino médio. E essa oferta de acesso à escolaridade tem resposta extremamente positiva: um grupo já reivindica, além dos 58 cursos profissionalizantes promovidos em 1998 nos vários presídios do Estado pelo Departamento Penitenciarário, cursos universitários.

Em São Paulo, a profissionalização está, em termos proporcionais, em nível bem inferior à registrada no Paraná - mil, para o total de 47 mil presos, contra 784, para 4,4 mil. Em compensação, o número de alunos no ensino formal nas penitenciárias paulistas praticamente dobrou, em quatro anos, passando de 4 mil para 9 mil. Essas várias formas de acesso ao trabalho reduzirão certamente os índices de reincidência, hoje estimados em 47%, em média.

Educação formal e profissionalização são, contudo, apenas parte da política voltada para a recuperação do detento. Há ainda o trabalho de reciclagem dos funcionários e agentes penitenciários. Há a necessidade de aumento do contato dos internos com o mundo de fora, que não pode mais ficar restrito às visitas de familiares, precisando envolver pastorais, associações comunitárias, representantes de advogados e de empresários.

E há sobretudo a necessidade clamorosa de multiplicação e diversificação dos estabelecimentos

penais, para se evitar quer a superlotação que se estende aos distritos e delegacias policiais, quer o contágio entre sentenciados recuperáveis e os de criminalidade contumaz.

Aqui entra a questão das penas alternativas, que previnem esse contágio. Tanto mais relevante, quanto mais se nota a relação de causa e efeitos entre o encarceramento e o aumento dos criminosos. Se o número de presos, desde 1980, aumentou 239% em São Paulo, enquanto a população crescia apenas 39%, é tempo de a sociedade rever sua opção pela prisão.

Segundo Cláudio Tucci, secretário-adjunto da Administração Penitenciária de São Paulo, entre 20% e 25% da atual população carcerária poderia cumprir pena em liberdade, prestando serviços à comunidade - e com um risco relativamente baixo de reincidência, estimado em 12%. Acrescenta ele que apenas 35% dos atuais presos deveriam estar em presídios de segurança máxima, podendo os demais estar em prisões de menor segurança ou em unidades de regime aberto ou semi-aberto.

As políticas de governo precisam, pois, ser secundadas pela ação da Justiça na aplicação de penas alternativas, hoje imensamente facilitada pela lei aprovada no ano passado que lhe ampliou as possibilidades. Sem que se decida aplicar penas alternativas, o esforço de recuperação do detento poderá perder para o contágio dentro das penitenciarías".

Senhor Presidente, nesta reunião que tivemos hoje pela manhã, ficou definido, através de um contrato pré-formal de que o empresário Sérgio Telles colocará parte da sua indústria, dentro da Penitenciária Industrial de Cascavel. A partir da semana que vem, com o Secretário Cato Neto, estará em Cascavel para remodelar uma parte da construção, modificando alguns pilares, aumentando algumas paredes, para que possa acoplar, dentro daquela penitenciária, a sua indústria.

Quero agradecer a sensibilidade e visão social do nosso empresário de Cascavel, a boa vontade do Secretário de Indústria e Comércio e o trabalho extraordinário que vem desenvolvendo o Secretário de Justiça, José Tavares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Pastor Edson e queria dizer que sou uma testemunha ocular do trabalho do Deputado Irineu Colombo na CPI da Prostituição Infantil neste parlamento e o trabalho na Legis-

latura passada, quando Vossa Excelência se preparava para debutar com os votos do povo paranaense nesta Casa, o Deputado Irineu descobriu uma série de desmandos e violência contra os filhos do meu Estado e a CPI teve bons resultados. É muito fácil chegar na época de eleição, Deputado Pastor Edson, realmente, às vezes fico frustrado, porque vejo muita gente na época de eleição, não estou me referindo a Deputados, estou me referindo a outros cargos maiores. Vejo todo mundo na época de eleição subir no palanque e dizer: -Eu vou salvar todas as crianças das ruas. Eu vou tirar todos os menores da rua. Aí você pergunta: -Vai colocar onde? -Vou colocar na calçada!

Quer dizer, vai tirar da rua para colocar na calçada. Nunca vi tirar da rua e colocar, como tem em São Paulo, casas que já foram construídas para abrigar os menores das ruas. Fiz um projeto aqui, Deputado Pastor Edson, criando a Casa do Menor. Para tirar o menor da rua, não apenas para dar banho, escovar os dentes, alimentar o menor, mas educar o menor. Fazer com que esta Casa do Menor fosse uma Casa profissionalizante como quer o Deputado Irineu Colombo, punir o pai. Mas para isso precisa de vontade política! Há necessidade de vergonha na cara! Não adianta criar, falar! Fica aqui o Deputado Irineu, eu e outros Deputados, como disse hoje na Televisão, este parlamento inteiro lutando.

Saiu hoje, na "Tribuna do Paraná", diria um canalha, que seqüestrou duas crianças este ano e usava as crianças para pedir esmola nas esquinas da capital. Quer dizer, está preso. Agora quero saber a criança. O que que tem que ser feito com os pais da criança? Quer dizer, tem que ter a Assistente Social. Quando digo que toda a Delegacia de Polícia tem que ter uma Assistente Social, tem que ter uma Psicóloga, tem que ter um advogado. essa criança tinha que passar pela mão de um Psicólogo, como que o Deputado Irineu Colombo, como eu quero. Enquanto a Psicóloga está atendendo a Assistente Social pega um carro e já vai imediatamente buscar a família. E ali já tem um Promotor Público e já tem um Advogado. O Advogado para dar direitos à família e o Promotor para tomar as providências necessárias como quer, como sempre quis o Deputado Irineu Colombo, que falou no meu programa de televisão, para repreender o pai. Porque é muito fácil, viu, Deputado Edson, não é só isso não Deputado Irineu.

Ontem passei um momento de pânico nesta Casa, não vou dizer o nome, não posso, isso é um sigilo. Conteí com a ajuda de um Advogado que, imediatamente, pediu ao Ministério Público. Um pai curitibano ligou para mim. E pensei: -O que que vou fazer? Prestem bem atenção, Senhores Deputados! Fui a uma residência ontem na capital. Vejam o

estado em que encontrei uma família de classe média alta, daqui de Curitiba. Quando vi aquele menino lindo, lindo. Fui com um Advogado, pedi que me chamassem uma Assistente Social para ir lá, para ver. Não sou Assistente Social, faço ação social. Nenhum Deputado, aqui, faz Assistência Social nesta Casa. Faz, sim, cidadania e ação social e isso que fiz ontem. Fui a esta casa, Deputado Irineu, e pasmem, fiquei apavorado! O menino, digo menino, mas está com quase 20 anos. Ele estava com um copo de plástico, no play-ground do prédio, pegando coisinhas e colocando no copo. Aí cheguei perto, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Annibelli, vejam bem, já passei por isso Annibelli, V. Exa. sabe da minha vida. Hoje não, hoje, graças à Deus não! E o Deputado Pessuti sabe da minha vida. Ele é testemunha ocular da minha vida. Deputado Zuk também sabe.

Hoje, graças à Deus não passo mais sobre isso. Mas vejam bem, não referente a este caso, a um outro tipo de caso.

O menino, Deputado Annibelli, o copinho, a mãe chorando, o pai chorando, aí cheguei perto com a ajuda da assistente social e falei: "Meu filho o que você está pegando aí?" Oh! tio, dezenove, quase 20 anos, gente, olha, uma família maravilhosa, não entendo isso aí, meu Deus do céu, aí eu perguntei: O que você está fazendo, meu filho? E ele falou: estou pegando essas formigas, que essas formigas não são daqui da terra, não pode existir formigas assim, elas são coloridas. Aí olhei, e não vi nenhuma formiga, Deputado Annibelli, olhei dentro do copo. Ele falou: Está cheio aqui tio, o copo está cheio. Eu falei: mas não tem formiga nenhuma. Aí, a mãe chorando, para mim aquilo lá eram lágrimas de sangue, Deputado Pastor Edson, sabe o que é, Deputado Renato Gaúcho? "LSD", faz uma semana que este rapaz está perdido. LSD! Não acreditei quando vi o selinho, não acreditei, fiquei parado, estarecido e falei: mas onde, da onde vem? - O pai não soube me responder, a mãe não soube me responder, e qual a orientação que eu dei, Deputado Irineu Colombo? Falei: vamos falar com o Ministério Público, porque aprovamos uma lei aqui nesta Casa, quando o Deputado Rosinha estava aqui, que não se pode internar quem quer que seja sem autorização do Ministério Público. Senão, posso chegar em minha casa e dizer que minha mulher está louca e mando internar, não, agora depende do Ministério Público, o promotor manda fazer um exame e imediatamente internar.

Tudo bem. Qual foi a atitude que tomamos ontem? Ofereci o advogado do meu gabinete para os pais. Hoje, já fiquei sabendo que o Promotor vai mandar fazer um exame no menino, e eu estou conseguindo uma vaga, liguei para Londrina, para o hospital, temos um grande hospital em Londrina,

para tratamento de dependentes do finado Dr. Eber Soares, que foi um dos maiores toxicologistas do Brasil, a Clínica das Palmeiras.

Então, não é só problema que Vossa Excelência debateu aqui. O problema que Vossa Excelência debateu aqui, que é a preocupação dos Deputados Annibelli, Accorsi, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Divanir Braz Palma, que está com um problema sério, que nós estávamos debatendo, o problema do Fliperama.

Se não me engano, acho que na outra legislação, o Deputado Annibelli, comentou muito sobre isso, Fliperama perto das escolas, eu tenho uma vaga lembrança que o Deputado Annibelli comentou sobre isso, e realmente me chamou a atenção.

Então, tem muitas coisas que precisam ser resolvidas, mas com vontade política, meu Deus do Céu. Não adianta falarmos para esse concreto e não sair daqui, ninguém resolver nada, passa eleição, entra eleição cada 4 anos, tudo a mesma coisa. Daqui 4 anos nós vamos estar aqui debatendo o problema da prostituição, o problemas das drogas, o problema do menor abandonado, então, nós temos que ter vontade política para solucionar, fazer com que criem vergonha na cara, tirem a máscara, lavem a cara, e que realmente solucionem esses problemas que afligem os nossos filhos, porque eu já passei por isso na carne. Sei o que é "não dormir à noite inteira", esperando o telefone tocar para saber se o seu filho está morto, se ele está preso, se ele está caído numa sarjeta. eu já passei por esse problema na vida. Hoje não passo mais. Por isso que eu participei de todos os congressos imagináveis de toxicologia do Brasil.

Por isso, que é importante Pastor Edson, chegar em casa, quando o senhor levantar pela manhã, não custa nada o senhor dizer, passar no quarto do seu filho e dizer, esse é o primeiro remédio para salvar os nossos filhos das drogas, para salvar as nossas filhas da prostituição mercantilista. Sabe qual é a palavra? É passar no quarto e dizer: meu filho, quero falar com você agora. Bravo, o senhor fale em tom bravo, quero falar com você agora. Ele vai ficar apavorado. "O que é papai? Eu te amo, eu preciso de você para viver. E os filhos também tem que dizer.

Quando o Deputado Annibelli sair, "papai" o Deputado Annibelli vira, que foi meu filho. "Eu te amo papai, eu também preciso do senhor para viver".

Aprendi isso, eu aprendi porque eu não fazia isso, porque eu só pensava em ir para a televisão trabalhar, eu só pensava em ganhar dinheiro, eu só pensava em aparecer na televisão, de vir para o parlamento ser o Deputado, mas eu esquecia de dizer para a minha filha: filha eu te amo. Preciso de você para viver.

Hoje pela manhã quando o meu filho, graças a Deus ele ainda me chama de papai. Quando ele me chama de papai ele me derruba, eu caio, pela educação que a minha senhora deu a ele.

Perto da garotada, ele me chama de pai, porque ele fala. Ah! papai, você sabe é careta chamar de papai. então tudo bem. Então são as más companhias, mas não custa nada, desculpe o desafo, Annibelli, Senhor Presidente, mas não custa nada dizer: filho eu te amo, não me esfaqueie pelas costas, eu preciso de você para viver.

E outra coisa só para encerrar, Deputado Colombo, às vezes o senhor está aqui e o seu filho leva uma pessoa para almoçar em sua casa. Será que o seu filho não está almoçando com um inimigo?

Será que ao lado da carteira escolar não está um inimigo do seu filho? É como esse caso que aconteceu do policial que eu estava comentando outro dia, Deputado Annibelli.

O policial chegou em casa com a sua caminhonete, entrou na garagem, levou três tiros na cabeça, Deputado Annibelli. Sabem quem foi o mandante? A própria esposa. Ele estava dormindo com o inimigo.

Ele está no hospital com três balas na cabeça, e ela está na penitenciária. Por quê? Para pegar o seguro, o carro e uma pequena mercearia. Lamentavelmente, esse é o mundo em que nós vivemos, esse é o asfalto negro da violência que cruza o Paraná, o Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Oxalá, todos nós, os 53 Deputados honrados desta Casa, este é um dos parlamentos mais sérios do Brasil e eu exijo respeito para com esses Deputados, e esta mãe que aí está, a Deputada maringense.

Oxalá, vamos dar as mãos, vamos continuar a nossa luta contra a prostituição infantil, contra as drogas. Que lamentavelmente as drogas são piores, como dizia o Senador José Richa, eu tenho um livro do senador José Richa, muita gente aqui não tem, nem o filho dele não tem, o Beto.

Tenho um livro do Senador José Richa, que ele dizia: que drogas são piores do que uma herança nuclear! E a prostituição infantil, a prostituição mercantilista também são piores do que uma herança nuclear.

Mas, tenho certeza de que um dia nós haveremos de mudar esse País. Tenho certeza, tenho fé em Cristo, que este Parlamento aqui, estes Deputados aqui com a ajuda dos Deputados Federais que honram este Estado, nós haveremos juntos, juntos de mãos dadas, acabar com a prostituição infantil e com a violência da toxicomania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência com prazer, anuncia a presença do Prefeito de Manfrinópolis, Senhor Adelar Guimarães da Silva, acompanhado do Senhor Sebastião Nascimento Padilha, Vereador do PFL e Presidente da Câmara de Manfrinópolis.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PSDB. O Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encaminhamos na data de ontem, um requerimento à Mesa desta Casa no qual solicitamos algumas informações especialmente da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná.

Já fizemos o entendimento com o Líder do Governo que se comprometeu que traria as informações na próxima semana o que prontamente acolhemos.

Mas, quero levantar ao conhecimento da Casa e dos Senhores Pares, o motivo deste requerimento. É que, em função da leitura dos dados do Balanço de 1998, encontramos alguns valores que nos chamaram a atenção, especialmente do volume das contas à pagar, dos restos a pagar referentes ao exercício de 98.

Na Secretaria de Ciência e Tecnologia, encontramos um valor à pagar de quase três milhões de reais numa conta da empresa "Software Informática e Eletrônica Ltda" e encontramos um outro valor de oito milhões, setecentos e sessenta e seis mil reais da "Ônix Brasil Ltda", uma empresa que não conhecemos bem a razão social e buscamos através deste requerimento conhecer: Objeto do contrato celebrado entre a Secretaria e a Ônix; seu prazo de vigência; forma de contratação; número do procedimento licitatório com a respectivas datas de publicação e seus atos; valor do contrato; o estágio de execução da obra do contrato; os valores já pagos à empresa; os valores pendentes empenhados e não pagos e os processados; endereço e CGC que estão dentro do processo.

Igualmente estas questões foram solicitadas da Software porque são valores muito elevados. A Secretaria de Ciência e Tecnologia, nestas duas empresas, temos aproximadamente doze milhões de reais. E, é importante que esta Casa passe sobretudo a conhecer e acompanhar para ver onde estão investidos estes recursos, cumprindo desta forma um dos fundamentos do parlamento que é o acompanhamento, a fiscalização.

E, é por esta razão que quero conhecer, porque o montante requer por parte da Assembléia Legislativa e especialmente deste Deputado, o acompanhamento destas questões.

Tenho certeza que o Deputado Valdir Rossoni, em breve, a entrega às nossas mãos.

Ouvimos aqui, atentamente, o pronunciamento do Deputado Moysé Leônidas no Pequeno Expediente, tratando da questão da CPI da COPEL.

CPI que tem outros envolvimento e, com certeza desdobramentos maiores.

E aqui faço mais uma colocação e ela precisa ser observada porque os Estados, na sua maioria estão quebrados porque as Assembléias Legislativas não cumprem o seu papel de acompanhamento. Os Estados e o Poder Público normalmente gastam além porque deixamos de fazer este papel. E não temos o direito de dizer que somos representantes da população se não fizermos esse trabalho pelo menos com o mínimo de zelo e de atenção. Por isso a CPI, para a qual teve a colhida de 24 assinaturas, ela é de extrema importância, não só porque existe a questão da Sercomtel, mas é porque existe a responsabilidade de cada Deputado, fazer o acompanhamento, conhecer como são processados, como são gastos e como são desfeitos o patrimônio público. O SERCOMTEL sem dúvida nenhuma, a nós que pertencemos ao norte do Paraná, é uma das melhores e mais bem aparelhadas empresas de telecomunicação do nosso país, uma empresa municipal, que se aparelhou, que se cuidou, tecnicamente, Deputado Nelson Justus, Vossa Excelência que conhece bem a realidade do nosso Estado sabe que como ela não tinha uma outra no Estado do Paraná e nem no Brasil; e hoje nós estamos vendo a dissipação de uma empresa, como estão vendo da COPEL, como estão vendo da SANEPAR, sem um mínimo de critério, sem um mínimo de conhecimento, sem um plano-diretor do Estado do Paraná para acompanharmos a desmobilização desse capital tão importante no passado e com certeza no futuro para o crescimento e desenvolvimento do nosso Estado.

Por isso, além da questão da legalidade, além da questão da lisura, da transparência, é importante que conheçamos para entendermos como estão sendo feito, como que a COPEL vai desfazer-se do controle acionário, qual é o critério? Sabemos que a COPEL tem 49% das suas ações calcionadas junto a organismos tanto nacionais públicos, como não públicos, como é que nós vamos fazer o resgate disso? Quanto vale, qual é o patrimônio da COPEL, quanto vale o seu patrimônio? A Assembléia não conhece, nós não conhecemos como foi aplicado os recursos da já desvalorização financeira da COPEL. Ora, não foi um patrimônio construído por uma meia dúzia de anos, foram por décadas, foi com o trabalho, a luta, e que possibilitou o desenvolvimento em grande parte do nosso Estado.

Por isso, a questão da COPEL é uma questão extremamente importante, ela é interessante não só

ao Governo Lerner, ela é interessante estrategicamente ao Paraná para o seu processo de desenvolvimento, e por isso aqui o nosso reclamo de conhecer. E esperamos que esta CPI caminhe, não apenas em função do SERCOMTEL, mas para que os Deputados possam cumprir o seu papel de fiscalizador, de acompanhamento, e que nós conheçamos por inteiro a situação da COPEL.

Com relação a SANEPAR. Fomos colhidos em grande maioria, pode ter certeza, surpresos de que a SANEPAR foi vendida, 39, quase 40% das ações da SANEPAR foram vendidas. Vendidas a quem, por quanto? Ora, faltou publicidade, faltou a que os municípios também tivessem acesso de fazer a recompra. E há uma questão muito importante nesse aspecto, quando os municípios, lá atrás, assinaram termo de adesão do convênio, eles assinaram conhecendo que era uma empresa pública, sabendo que aquela empresa pertencia ao Estado do Paraná. Hoje já não mais pertence ao Estado do Paraná, hoje 39% está na mão de terceiros. E aqui nós temos o consórcio Dominó, representado pela Vivendi, uma empresa francesa, que hoje comanda a diretoria financeira e operacional - a empresa não está mais na mão dos paranaenses, do governo do Paraná.

Há o Banco Opportunity, que é o do Sr. Pérsio Arida, que também tem parcela e comanda a diretoria e a superintendência. Há mais, a Andrade Gutierrez, inclusive, há aqueles que digam que está reservando a vaga de um diretor para que possa ser colocada dentro da empresa, da direção, por direito.

Esse Consórcio Dominó, de cada uma dessas empresas entram prioritariamente, em primeiro plano, participando individualmente, construíram o consórcio e, hoje, detém 39% das ações da SANEPAR. Inclusive, a Copel tendo parcela em função de créditos anteriores.

Ficam algumas questões como o passivo ambiental: hoje, da SANEPAR, está estimado em 90 milhões de reais, um levantamento feito pela própria Vivendi (sic), uma empresa francesa. Como é que iremos dispôr disso. Como a lei de recursos hídricos vai se interagir com a COPEL não mais no governo do Estado? Como iremos construir esses recursos hídricos e como será a sua aplicação? E, falando em recursos hídricos estaremos em breve votando a lei dos recursos hídricos, no entanto, já há uma minuta a ser estabelecida entre o governo Federal e os governos dos Estados e que não fazem parte do projeto encaminhado a esta Casa.

Não sabemos quanto de percentual de recursos será encaminhado, Algaci Tulio - das bacias do Paraná para o Governo Federal -, Vossa Excelência que tem se dedicado e com zelo a essa questão, desconhecemos a minuta. É importante que o governo torne essa minuta pública, para que possamos ter esse conhecimento.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa pede" à Vossa Excelência, por gentileza, que conclua.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Destas questões temos que observar a questão do projeto dos recursos hídricos, especialmente, a parte que não está sendo regulamentada - vai ser regulamentada, posteriormente e não faz parte do projeto, que está para ser votado nesta Casa e, daí, a importância de discutirmos com mais profundidade e passarmos a conhecê-lo com maior interesse.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: PMDB;
PT. Com a palavra, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus.

Dois assuntos me trazem à tribuna. São dois assuntos motivados na imprensa, já foram discutidos exaustivamente nessa Assembléia e foram notícia na imprensa do nosso País e aqui no Estado do Paraná. O primeiro deles se trata da Folha de São Paulo, na data de sábado, último, agora. Há uma matéria na Folha de São Paulo chamado Contra Ponto. Eu gostaria que os Srs. Deputados prestassem atenção para o diálogo transcrito na Folha de São Paulo, o quanto interessante é.

"No último dia 7 de maio o Governo do Estado do Paraná iniciou uma mega operação de desocupação de fazendas invadidas no noroeste do Estado. Na região existiam 45 mandatos de reintegração de posse, determinados pela juíza, Elisabeth Cater, de Loanda.

Na noite do primeiro dia, 6 já haviam sido cumpridos. A juíza Cater resolveu comemorar a operação com amigos, no restaurante Balaio de Frango. Durante o jantar um repórter da Folha de São Paulo se aproximou da juíza. A juíza o confundiu com um policial e elogiou, palavras da juíza: - "Parabéns pelo serviço, eu estava agora mesmo elogiando o trabalho de vocês para os meus amigos fazendeiros." Depois acrescentou: - "Estamos aqui comemorando, pode ser o início de uma união entre os fazendeiros e a PM." Ao perceber o engano a juíza ficou branca e tentou justificar: - "Mas a amizade não influencia nas decisões judiciais."

Ora, Srs. Deputados, um relato desses, de uma juíza responsável pelo cumprimento de ordens de um conflito social importante, que ocorre no

noroeste do nosso Estado, o comportamento dessa juíza é algo reprovável por qualquer cidadão, no Estado do Paraná. Predispõe, de uma certa maneira, quer dizer, o papel da Justiça no sentido de dirimir os conflitos, de tentar a superação dos conflitos, na sociedade, a Juíza Elisabeth Cater, demonstra pelo seu relato, pelo seu diálogo, pelo ato festivo que fez, no Restaurante Balaio de Frango, da sua completa predisposição contrária a qualquer denúncia sobre qualquer irregularidade, numa ação de despejo que a polícia, muitas vezes é obrigada, por uma questão da Justiça, fazer.

Então, nesse sentido, a Bancada do PT, está fazendo uma interpelação junto a Corregedoria do Tribunal de Justiça, do Poder Judiciário, para que tome as providências em relação a juíza Elisabeth Cater. Não é possível que esta juíza continue à frente do Poder Judiciário, principalmente na Comarca de Loanda, a comarca mais tensa, do ponto de vista dos conflitos da terra.

O outro assunto que me traz a tribuna é a estranheza com que eu vejo, pelo menos não sei se é por parte da imprensa do Estado do Paraná ou se tem algum motivo estas relações que estão nas páginas dos jornais, que o Governador Jaime Lerner está tentando, de todas as formas, impedir a instalação de um pedido de CPI em relação a COPEL, SERCOMTEL e o Banco FonteCindam.

Tenho visto nos últimos dois, três dias, um volume imenso de reportagens publicadas na imprensa dizendo do empenho do Governador e do Governo em retirar assinaturas, pressionar Deputados para que retirem assinaturas de um pedido de CPI. E de conversas que estão acontecendo no interior dos corredores do Palácio Iguaçu e fora do Palácio para que os Deputados fiquem constrangidos a não permanecer com as suas assinaturas no pedido da CPI.

Ora, os Deputados estão pedindo uma CPI por quais motivos? O motivo é lógico, nós assinamos a CPI, eu assinei a CPI, existe uma transação irregular, uma transação que, pelo menos a primeira vista, ela é irregular e ela remonta a 30 milhões de reais de uma operação financeira existente na compra de ações de uma dívida que tinha o SERCOMTEL com o Banco FonteCindam e a forma como foi feito o pagamento dessa dívida.

Isto é fato notório, é fato público já, só falta agora a apuração das responsabilidades e para ver se realmente, exatamente, o procedimento foi este que está sendo noticiado pela imprensa, de uma grave irregularidade e do desvio de perto de 30 milhões de reais.

Ora, se os Deputados que assinam esta CPI e a CPI que assinei tem este objetivo, o objetivo de apurar, única e exclusivamente esta operação, pelo menos pretensamente errada, equivocada, irregu-

lar, do ponto de vista da transação de uma empresa do Estado do Paraná, que é a COPEL, de uma empresa de telefonia, lá na Cidade de Londrina, que é a SERCOMTEL. Me parece que não há motivo nenhum para que o Governo do Estado faça qualquer gesto para impedir que Deputados que, de certa maneira, na Assembléia Legislativa lhe prestam apoio político, endossando as atitudes do Governo do Estado, mas neste caso é tão evidente a irregularidade existente nesta transação, que me parece que não existe outra alternativa de que a Assembléia Legislativa - porque o pedido da CPI já foi protocolado há algum tempo - instale a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Vanhoni, Vossa Excelência está fazendo algumas deduções que não tenho conhecimento sobre a questão SERCOMTEL.

O que existe na questão da CPI, é um posicionamento nosso e do Governo, é de que os esclarecimentos que eram necessários para serem feitos pela COPEL, foram feitos a esta Casa através de um requerimento. Foi feito um requerimento pedindo vários esclarecimentos e esses foram prestados a esta Casa.

A questão SERCOMTEL, o Governo não está fazendo nada para retirada de assinatura. O que temos, uma visão sobre a questão SERCOMTEL, que é uma questão - se é que deve ser investigada - deve ser pela Câmara de Vereadores de Londrina e não pelos Deputados Estaduais.

Todos os esclarecimentos, os pagamentos feitos pela COPEL foram feitos através de contrato, os esclarecimentos foram prestados a esta Casa há aproximadamente 15 dias.

Então, não existe - quero deixar claro aqui para Vossa Excelência - "burburinhos" dentro dos corredores do Palácio Iguazu e nem movimentos do Palácio Iguazu para retirada de assinaturas. O que existe - uma posição do Governo - é que se há necessidade dessa investigação, ela deve ser feita pelos Vereadores de Londrina, porque esta empresa é de propriedade do Município de Londrina e cabe aos Vereadores de Londrina.

Não estamos aqui dizendo que deve ter a investigação ou não. O nosso ponto de vista é que se há necessidade de investigações, elas devem ser feitas pelos Vereadores de Londrina.

Esta é a posição do Governo e desta Liderança.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço o aparte. Mas, Deputado Nelson Justus, Senhores Deputados, não estou nem um pouco convencido com a linha de argumentação

apresentada pelo Deputado Valdir Rossoni. E quero demonstrar porquê.

O SERCOMTEL, a Prefeitura de Londrina, no ano de 1996 - 1995, não me lembro - fez um empréstimo dando como possibilidade de caução as ações do SERCOMTEL, que tinha um projeto de venda das ações do mesmo. Empréstimo adiantado do Banco FonteCindam. Este empréstimo acabou não sendo pago pela Prefeitura, na época gerida pelo Luiz Eduardo Cheida. Quando o atual Prefeito, Luiz Antonio Belinati, assumiu a condição de Prefeito de Londrina, conduziu a negociação, não com o Banco FonteCindam, mas com a empresa do Estado do Paraná, na qual o Governo do Estado do Paraná é sócio majoritário, que é a Companhia de Energia Elétrica - COPEL.

A COPEL comprou quase que um grande número de ações da SERCOMTEL, no valor de 186 milhões. Só que nesse valor, viemos a descobrir que, no lugar dos 20 milhões devidos ao FonteCindam - no contrato que a COPEL pagou ao SERCOMTEL, foi na realidade determinado o pagamento de 47 milhões ao Banco FonteCindam. Então, a COPEL tem que vir aqui, sim, dar esclarecimentos para nós, Deputados Estaduais. E o SERCOMTEL também, porque se trata de dinheiro público, se trata de uma relação de uma empresa do Município de Londrina com a empresa de energia elétrica. Se a COPEL agiu errado, a pretexto de beneficiar este ou aquele setor da administração pública de Londrina, ela lesou todos os acionistas e o Governo do Estado do Paraná.

Então, esta transação triangular entre o Banco FonteCindam, a COPEL e o SERCOMTEL, merecer ser investigada. Não no Fórum Municipal, porque a Câmara Municipal não tem o poder de convocar a COPEL para prestar os devidos esclarecimentos à sociedade. Somente a Assembléia Legislativa é que pode levar a cabo este procedimento investigatório, de acordo com a nossa Constituição e com o nosso Regimento Interno.

Então, não vejo o porquê, entendo a sua opinião, e acho que a Câmara de Vereadores deveria estar abrindo uma CPI para proceder um processo investigatório no âmbito do município. No entanto, isso não inibe que a Assembléia Legislativa exerça o seu papel de investigar a COPEL. Porque a COPEL é que retirou o dinheiro dos seus tributos, dos seus rendimentos para fazer uma operação com a empresa SERCOMTEL.

Quero saber, Deputado Valdir Rossoni, se a COPEL pagou direito o Banco FonteCindam ou pagou a SERCOMTEL. Como foi feita essa operação. O FonteCindam ao receber 46 milhões de Reais ficou com os 46 milhões de Reais ou esses 46 milhões de Reais, como algumas notícias começam passar por aí. Tenho uma carta escrita de uma pes-

soa que trabalha no SERCOMTEL. Dizendo de algumas questões que me deixaram impressionado sobre problemas financeiros que estão acontecendo na gestão do SERCOMTEL lá na cidade de Londrina. Será que isso está acontecendo? Será que aconteceu mesmo isso? E não é com o dinheiro dos Londrinenses, não é com o dinheiro do SERCOMTEL é com o dinheiro público dos contribuintes do Estado do Paraná e da empresa de energia elétrica.

Por isso é devida a CPI investigar aqui na Assembleia Legislativa. Tenho visto na imprensa, tenho assistido na imprensa relatos de que há uma pressão muito grande para que os Deputados reflutam dessa sua posição de investigar esse desvio, ou o paradeiro de perto de 30 milhões de Reais. Há uma pressão mesmo. Todos sabemos disso. O Governador, segundo relatos que são transmitidos, a imprensa sabe disso, o Governador telefonou pessoalmente para dez Deputados para retirarem suas assinaturas. Agora fiquei sabendo que o Deputado que assinou a CPI Deputado Moysés Leônidas foi cassado seu programa de televisão que tem na CNT.

É uma intimidação? É uma necessidade de abafar? De impedir uma averiguação? Se não há irregularidades nenhuma, não tem problema. O Presidente do SERCOMTEL vem aqui na Assembleia explica, traz os contratos. A COPEL comparece, explica, traz os contratos. O Secretário de Administração da Fazenda da Prefeitura vem aqui, explica, não tem problema nenhum. Ficamos sabendo de tudo como aconteceu. Não havendo nenhuma irregularidade a CPI termina os seus trabalhos dizendo que não há nenhuma irregularidade.

Agora, o que está parecendo é que tem muita irregularidade e tem algumas pessoas que não querem apurar isso. Olha, no Brasil de hoje não dá mais para admitir esse tipo de comportamento. Está aí o que está acontecendo com o exemplo da CPI do Poder Judiciário trazendo a limpo o que é feito no Poder Judiciário. No ponto de vista da má aplicação de recursos públicos. Dinheiro que era para estar sendo investido na saúde, na educação, na construção de estradas está sendo usado para juizes, desembargadores se apropriarem do dinheiro junto com grandes empreiteiros. A CPI dos bancos está demonstrando a falência do Banco Central, do ponto de vista, da sua conduta de fiscalizar do sistema financeiro do nosso país. Esse é o momento para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se afirmar como um poder fiscalizador das operações do Executivo. E o bom momento é esse. Está aí um fato concreto. Há uma operação irregular envolvendo 186 milhões de Reais. Não é pouco dinheiro. E é dinheiro dos contribuintes e daqueles que investem ações na Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.

Por isso, que a Assembleia Legislativa tem o dever, a obrigação moral, ética de proceder essa investigação. Sou amigo pessoal do Prefeito de Londrina, tenho por ele o maior apreço, o maior carinho. No entanto, não acredito que Antonio Belinati tenha qualquer questão para a instalação dessa CPI e se possa colocar contrário. Assim como também não acredito que o Governador Jaime Lerner não queira a CPI aqui na Assembleia Legislativa. Pelo contrário, tenho certeza que o Jaime Lerner, pela sua postura de estadista, de um homem que deseja que qualquer coisa errada seja investigada e tenha transparência, assim como Antonio Belinati que essa CPI possa ser realizada.

Como sou um dos signatários dessa CPI gostaria de saber da Mesa Executiva quando vamos instalar. Pois me parece que o tempo regimental já se esgotou para a instalação dessa CPI aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo um aparte para o Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Gostaria de cumprimentá-lo Deputado Ângelo Vanhoni pelas suas brilhantes colocações. E dizer mais a Vossa Excelência.

Quando eu então Vereador, na administração do Luiz Eduardo Cheida e depois reeleito Vereador, quando da venda da SERCOMTEL. Foi notícia, não nacional, foi notícia no mundo inteiro, porque tinha outros consórcios interessados, de que o Ministro das Comunicações do País, o Sr. Mendonça, deu uma entrevista dizendo que: "A SERCOMTEL, tinha sido vendido a preço vil".

Pedi a instalação de uma comissão para investigar, porque na minha terra quando nós compramos ou vendemos alguma coisa a preço vil, é o chamado "preço de banana" no particular.

Então a SERCOMTEL foi comprado pela COPEL, que ainda bem que ficou aqui no Paraná, o dinheiro, a "preço de banana". Foi vendido a "preço de banana", e a COPEL aproveitou-se desse momento.

A questão da CPI em si, e da retaliação, que hoje o Prefeito Antonio Belinati não é mais aquele democrata, que Vossa Excelência também conheceu e ele tem medo da verdade. Gostaria que ele viesse depor aqui. Ele começou a retaliação em pessoas simples da Prefeitura de Londrina, que trabalharam para ele mas eram ligados a mim. Hoje demitiu todo mundo, naquela atitude antidemocrática, que não é o início da carreira dele, que conheci. Filho de um ferroviário, simples, humilde. Mas, que hoje está usando do poder e da chibata porque tem medo da verdade. Venha se não tem. A Assembleia Legislativa vai dar para ele aqui, um atestado de boa conduta.

Agora duvido, que o Sr, Rubens Pavan (?) Presidente, hoje, da SERCOMTEL, resista 30 segundos, de depoimento de uma CPI nossa aqui.

Quero aqui, não devo nenhum favor e não me deve nenhum favor, o Governador Jaime Lerner a quem respeito pela honorabilidade do seu cargo. Mas, tem toda razão o Governador Jaime Lerner, quando não quer a instalação da CPI. Porque a gente sabe como começa. Começa lá pela ladroagem de Londrina. Mas, não sabemos como termina, e o governador tem responsabilidade de terminar o seu mandato e bem, porque a COPEL é uma das melhores empresas que têm no mundo.

Então, até defendendo esta posição, o governador não falou comigo, mas se falasse comigo iria prestar muita atenção, porque tenho respeito e acho que o Paraná está acima de questões de ordem pessoal. Aqui não vou trabalhar de ordem pessoal. Agora que foi montada uma farsa lá em Londrina, que tem muita gente que não resiste a 30 segundos de depoimento, e não resiste a quebra do sigilo bancário, isso têm. Dessas cartas anônimas que Vossa Excelência recebeu, quer dizer que recebi a notícia e estou, não vou dar nomes agora, mais que um assecla, um vasalo pagou dois dias depois, que a COPEL pagou ao Banco FonteCindam, que a SERCOMTEL pagou. Pagou uma dívida pasmem, de Hum milhão e oitocentos mil dólares! Da onde é que veio isso? Caiu do céu!

Só tenho pena do Governo Jaime Lerner, que tenho muito respeito e ainda quero pessoalmente me posicionar, de que seja respingado com uma matéria dessa. Agora, a administração do Sr. Antonio Carlos Belinati, se é nessa base da perseguição, vai comer fogo com o Deputado Moysés Lêonidas, porque eu represento a Cidade de Londrina.

Então fico aqui a pensar, o Governador tem todo o direito de tentar suspender uma ação dessas porque cria uma situação, afinal a COPEL é uma empresa mundialmente conhecida, vai criar uma situação e fico até constrangido em criar uma situação dessas para o Governador.

Agora, também não sou homem de recuar, a assinatura está dada e se ninguém tem nada para perder, só tem gente séria como os assessores do seu Antonio Belinati, que venham depôr na CPI. Vamos dar um atestado de idoneidade moral para eles.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Está aí Senhores Deputados, o depoimento do Deputado Moysés Lêonidas, de Londrina, que esteve presente na administração da cidade até pouco tempo atrás. Um depoimento que mais reforça a necessidade da instalação dessa CPI, aqui na Assembléia Legislativa.

Não entendo o porquê que o Governador tem que se preocupar. O Governador talvez tenha que se preocupar pelas relações positivas que têm, com a administração municipal de Londrina na pessoa do atual Prefeito Antonio Belinati que são relações políticas, relações administrativas e mais ainda porque a vice-Governadora, é a Emilia Belinati. Não vejo como esta CPI, possa de certa maneira tanto atingir a figura da vice-Governadora, quanto do governador Jaime Lerner. Se trata de um caso muito claro, muito específico de uma transação comercial existente entre a empresa da COPEL. Não acredito também que a COPEL, esteja envolvida no ponto de vista negativo nesta operação. Acho que vamos descobrir, talvez, se é que possamos adiantar qualquer do ponto de vista investigatório, alguma irregularidade grave na relação entre o SERCOMTEL e o Banco FonteCindam, porque a história do Banco FonteCindam estamos assistindo de camarote pela TV Senado, do que era especialista o Banco Fontecidam.

Acredito que o resultado da CPI possa identificar estes elementos na administração pública do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Com maior prazer. Vossa Excelência cedeu esse espaço da Liderança do PMDB para que pudéssemos fazer uso da tribuna.

O Sr. Orlando Pessuti

Assim o fizemos porque estamos de pleno acordo com a manifestação que Vossa Excelência faz desta tribuna, em desacordo com o que afirmou o Deputado Valdir Rossoni que caberia apenas e tão somente à Câmara Municipal de Londrina, investigar esta operação- COPEL-SERCOMTEL.

Se a operação envolve COPEL-SERCOMTEL, evidentemente a COPEL. Tem que ser pela Assembléia Legislativa investigada e não pela Câmara de Vereadores de Londrina. Se a Câmara de Vereadores de Londrina cabe a investigação daquilo que faz o Sercontel, cabe evidentemente, à Assembléia Legislativa investigar aquilo que faz bem ou mal ou deixar de fazer a Companhia Paranaense de Energia, e queremos dentro dessa linha de que cabe à Assembléia Legislativa investigar aquilo que faz ou deixa de fazer a COPEL, queremos propor aos Parlamentares que subscreveram este requerimento de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e estamos conversando com aqueles que lideram o movimento, no sentido de que não restringíssemos esta CPI a tão somente uma operação das muitas que a COPEL realizou, mas que

tivéssemos como objeto desta CPI, a investigação de todas as operações de alienação a título oneroso ou gratuito, aqui compreendidas as transferências e resgates, inclusive, aquelas feitas através da Paraná Investimentos S.A.

Este é o objeto que nós, do PMDB, pretendemos para esta CPI, por entender que a responsabilidade da Assembléia é investigar tudo o que envolve os interesses do Estado do Paraná, e tudo o que envolveu a COPEL, a partir do momento que ela teve autorizada a venda de ações em 1993, cuja primeira Lei foi no Governo Roberto Requião. Depois teve uma Lei em 1995, no governo Jaime Lerner e uma terceira Lei em 1998, também no governo Lerner.

Queremos que o objeto desta CPI falávamos há pouco com o Deputado Durval Amaral e, conversávamos com ele hoje de manhã, que poderíamos ampliar para não somente investigar a operação COPEL-SERCOMTEL, mas investigar todas as operações de alienação a título oneroso ou gratuito, aqui compreendidas as transferências e resgates, inclusive as feitas através da Paraná-Investimento.

Era isso, e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Obrigado Deputado Orlando Pessuti.

Vossa Excelência enriquece o debate a respeito dos problemas existentes na relação das autarquias do Estado, das Fundações, da alienação de bens, mas de outras Bancadas, nesta Casa sempre tivemos uma posição favorável para que a Assembléia Legislativa talvez exercesse o que, nos dias de hoje, o Parlamento no nosso país, consiga exercer uma das suas principais atividades, que o poder de fiscalização, o poder de deixar transparentes as ações do Poder Executivo, hoje personificados na empresa de Energia Elétrica, na operação com o SERCOMTEL e com o Banco FonteCindam.

Por isso a Bancada do PT já assinou a CPI e espera que a Mesa Executiva cumpra o Regimento Interno e conclame as lideranças para nomear os membros da CPI e instale a CPI.

Muito trabalho nos espera.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PPB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI

Senhor Presidente, abro mão do meu pronunciamento e transfiro para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais oradores para usarem o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Ofício 34/99, subscrito pelo Sr. Deputado Péricles Mello, na qualidade de Líder da Bancada do PT, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Hermas Fonseca, da Bancada do PT, como membro da Comissão Especial de Investigação para vistoriar as propriedades da região de Querência do Norte, objeto de despejos de trabalhadores Rurais Sem Terra pelo Governo do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 046/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ribeirão Claro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 046/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no Município de Ribeirão Claro, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º - Órgão, de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.05.99
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 047/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ortigueira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº47/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no Município de Ortigueira, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º - O Órgão, de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.05.99
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 119/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro 60 Alqueires - AM 60, com sede e foro em Carlópolis. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 148/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que altera o art.1º da Lei nº 11.196 de 13 de novembro de 1995. (Utilidade Pública). **Aprovado. (Publ. no D.A. nº20, de 05.04.99)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 167/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 167/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com sede e foro no Município de Mariópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.05.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 175/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Comunitário São José, com sede e foro em Campina Grande do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 175/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Centro Comunitário São José, com sede e foro em Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.05.99
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera a Lei nº 11.353/96, de 14 de março de 1996 e o Decreto nº 4282, de 24 de abril de 1998 e dá outras providências. (Região Administrativa), (Região Médio Centro-Oeste do Paraná). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.C.J. **Aprovado.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.304/98. (Declara de Utilidade Pública o "Projeto Plantão Sorriso"). PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Europa, com sede e foro no Município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres São José, do Colégio Estadual Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 92, de 24.06.98 - Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 255/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 20/98, tem por objetivo instituir a Política Estadual de Recursos Hídricos e criar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos ser a medida o acolhimento formal da política Nacional de Recursos Hídricos e de Gerenciamento dos mesmos, que se impõe aos Órgãos federados, dada a sua similaridade com as leis Federais e Estaduais que tratam do assunto.

Verificamos ainda que a medida é um instrumento que vem suprir o Paraná de condições adequadas para que possa se estabelecer o planejamento e gestão de suas águas e dos rios federais que o banham, mediante o estabelecimento de responsabilidades compartilhadas entre o Estado e a sociedade, contribuindo para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento econômico e social sem prejuízo dos recursos naturais e do meio ambiente paranaense, atendendo ainda os compromissos pre-

vistos no Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM.

Desta forma, não havendo incompatibilidade legal ou jurídica, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.04.99

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a Bancada do PMDB em sua maioria, não concorda com os termos em que este projeto tramita na Casa, os termos, o conteúdo do projeto. E, por esta razão, o PMDB se reserva o direito - em segunda discussão, em apresentar as emendas e até aguardar que um substitutivo geral ao projeto seja apresentado e conseqüentemente aprovado, para que nós possamos excluir deste projeto algumas coisas que entendemos ser altamente prejudiciais ao setor produtivo rural.

Pelos argumentos apresentados na reunião da Comissão dos Mananciais, Agricultura, Meio Ambiente e Finanças pelas autoridades constituídas, de que este Projeto que institui a Política de Recursos Hídricos no Paraná é uma necessidade em termos de se adaptar à legislação federal e que ele estaria respaldado de todos os princípios de constitucionalidade. E foi assim, também, que entendeu a Comissão de Constituição e Justiça. E por ser hoje a votação apenas no seu aspecto constitucional, nós não votaremos contrário no dia de hoje, nos reservando ao direito de apresentar as emendas, um substitutivo. E caso, evidentemente, as nossas emendas e o nosso substitutivo não for acolhido. aí, na questão de mérito, votaremos contrário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, é um projeto extremamente complexo e importante para o Estado do Paraná, mas da forma como ele está sendo apresentado, me reservo o direito de votar, hoje, pela sua constitucionalidade porque ele preenche.

Entretanto, o seu texto, derroga para a regulamentação questões de extrema importância à convivência, inclusive na questão meio rural, que nós aguardamos para que possamos apresentar as emenda amanhã, e aí então terá a nossa posição de mérito.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PT, como regra de prudência, vai encaminhar votação contrária desde a primeira votação. Não foi efetivamente aprofundada a dis-

cussão do projeto, há uma interpretação inicial de que, atenta quanto a autonomia dos municípios, aí entra uma questão de constitucionalidade, gostaria de chamar a atenção da bancada do PMDB, nesse aspecto, que atenta quanto a autonomia do município, na medida em que transforma a água em bem econômico e o município tem sobre seu controle a distribuição dela, portanto, se vai distribuir, vai ter que comprar bem econômico.

Ao nosso ver, inicialmente há uma apropriação de uma legislação estadual, transformando em bem econômico, que não era anteriormente, a complicações aos municípios e nós temos que respeitar inclusive, a questão da autonomia dos municípios com relação ao saneamento, que acaba interferindo.

Há uma outra questão de fundo, estamos tratando de privatização de uma empresa como a SANEPAR, que as cartas já estão marcadas, parece que a Lyonesa D'Aoux, a empresa francesa deve ficar aí, porque perdeu toda para o Estado né! A qualidade e a prestação de serviços, o Estado lá é mais eficiente, está vindo para cá, pegar esse quinhão, e no momento em que se discute a privatização, estamos aí votando desta forma atabalhoada, rapidamente, então encaminhamos contra, até porque a história deste parlamento nos tem dado prêmios pela nossa prudência.

Lembro aqui que votamos em 95, uma lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que falava das concessões das rodovias, e até hoje estamos sendo questionados pela população, qual foi a posição da bancada do PT, e nós, juntamente com outros Deputados, temos lá lavrado em Ata, votação contrária.

Se os municípios se insurgirem contra a Assembléia, se os agricultores terão que pagar pela água, se pequenos abatedouros terão que pagar pela água, tomar medidas que inviabilizam economicamente, teremos constado em Ata que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores votamos contra desde o início.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

(Para Encaminhar)

Senhor Presidente.

Há poucos dias atrás ouvi aqui da tribuna, Deputado Algaci Tulio, fazendo considerações a respeito deste projeto, tendo em vista uma discussão acontecida aqui na Assembléia, aonde com vários setores, com alguns Deputados se discutiu esse projeto.

Mas talvez, de todos os projetos que estão tramitando na Assembléia, esse seja um projeto da mais alta importância, e quem sabe um dos mais importantes que vamos apreciar nesta legislatura.

E me preocupa, e aqui gostaria de fazer um pedido, todo mundo sabe, tenho uma posição de apoio ao Governo do Estado, e nesta primeira

votação, que se analisa a constitucionalidade, acho que temos que votar pela constitucionalidade, até porque é constitucional.

Mas, gostaria de fazer um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, que sempre tem sido sensível a estas questões e projetos polêmicos, aonde envolve inúmeros setores da sociedade, de que tivéssemos a oportunidade de discutir com um pouquinho mais de profundidade este projeto. Inúmeros setores técnicos da sociedade, alguns já deram a sua opinião, outros ainda não deram a sua contribuição, com relação à tramitação deste projeto aqui na Assembléia.

Acho que poderíamos ter, com alguns dias mais de condições para discutir o projeto, e chegarmos a uma conclusão porque é um projeto que tem que haver aqui na Assembléia, tem que ter a sua tramitação, mas talvez se tivéssemos um pouco mais de cuidado na sua discussão, poderíamos não incorrer, quem sabe, em alguns erros que poderemos estar incorrendo neste momento.

Então, gostaria de fazer uma apelo ao Deputado Valdir Rossoni, para que amanhã esse projeto não entrasse em 2ª Discussão, até faria um apelo, Deputado Colombo, a Bancada do PT, para que aqui aprovássemos em 1ª Discussão, na sua constitucionalidade do projeto, e posteriormente que fosse dado um prazo, Deputado Valdir Rossoni, de algumas sessões, para que nós, Deputados, pudessemos discutir com tranquilidade esse projeto.

Ora, estamos sendo questionados de antemão, já, de como é que vai ficar essa questão do uso da água, patrimônio de todos, da humanidade. Quer dizer, não é possível que não tenhamos uma discussão mais aprofundada e não quero aqui tirar o mérito do projeto que tem que ser regulamentado, e acho que o Governo faz bem em encaminhar esse projeto para a Assembléia.

Então, faço um apelo, Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que sempre foi sensível aos entendimentos desta Casa e que às vezes até faz mágica para que as coisas possam sair da melhor forma possível, que Vossa Excelência pudesse nos dar aí um prazo, quem sabe, Senhor Presidente, de umas 10 sessões para que todos os Deputados interessados pudessem discutir livremente este projeto, apresentar Emendas. E daí, obviamente, poderíamos votar com uma maior segurança. Agradeço a oportunidade, Senhor Presidente e deixo esse apelo ao nosso companheiro, Líder do Governo Waldir Rossoni.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Apenas para perguntar a Vossa Excelência, ou uma informação: temos um projeto de lei apresentado a esta Casa semelhante a este, já há três anos.

Portanto, ele tem a prioridade de discussão. Por que o nosso projeto não veio a Plenário,

enquanto veio rapidamente essa Mensagem do Governo?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Questão de Ordem procede e a Mesa irá a Vossa Excelência se o projeto de sua autoria foi arquivado ou não, ou se continua, efetivamente, tramitando nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não, foi pedido o desarquivamento e foi aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Faria o pedido para Vossa Excelência para que esta mensagem do Governo seja ajuntada ao meu projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência teria que requerer à mesa para que fosse apensado esse seu projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN

Já está, então, neste momento requerido, verbalmente, e encaminharei na sequência o pedido por escrito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, aí então colocaríamos em votação o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até entendemos perfeitamente a posição dos Senhores Deputados das Bancadas de Oposição, mas em 1º lugar é bom deixar bem claro que o projeto não se trata de um projeto político do Governador Jaime Lerner. Trata-se de um projeto que está baseado numa Lei Federal e que solicita aos estados a sua regulamentação.

Vejam bem, 18 estados já fizeram a sua Lei Estadual, já regulamentaram, já fazem parte dos Conselhos Estaduais, e o Paraná está de fora.

O Ceará, já desde 1996 tem a sua Lei Estadual.

São Paulo, vou dar um dado aqui, até 2001 vai tributar saneamentos em indústrias e até 2005 tributará irrigação.

Há este prazo de carência para o cadastramento, para a otimização dessa irrigação.

O Estado de São Paulo possui 22 Comitês de Bacias Hidrográficas, sendo que 18 já estão em funcionamento. O Paraná não tem nada, absolutamente, nada disso.

Quero dizer aos Senhores Deputados que quando me foi dada a incumbência de relatar este projeto, procurei, dentro da norma que utilizava quando até então Líder do Governo, discutir com as Oposições até se achar um denominador comum para que pudéssemos quando o projeto viesse já estar devidamente discutido, analisado e entendido por todos. E essas oportunidades foram dadas, claro que vai caber ao Deputado Valdir Rossoni determinar se teremos mais dez, quinze ou cinco sessões para se discutir. Mas, é bom lembrar aos Senhores Deputados que esta lei encaminhada pelo Governador está na Casa desde o dia 13 de maio de 1998, ficou aqui na Assembléia parado o projeto, em Regime de Urgência, e só agora neste período legislativo é que retomaram a discussão dele.

E tive a preocupação de ouvir as Comissões, tanto na CCJ, é testemunha o Deputado Orlando Pessuti, o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Nereu Moura, depois fizemos aqui quase que, praticamente, uma audiência pública no Plenarinho da Assembléia trazendo o Secretário Miguel Salomão, técnicos da Secretaria do Planejamento, da SUDHERSA, do Meio Ambiente, do IAP, de todos os órgãos atinentes a este projeto. Foi discutido. Algumas dúvidas ficaram? Claro que ficaram! Tanto que as entidades que participaram, porque foi aberta, não foi estrita aos Deputados, foi uma audiência pública, entidades encaminharam aos Senhores Deputados algumas sugestões para emendas.

Portanto quero deixar bem claro aqui que o projeto teve a sua tramitação regular, legal, dentro da Casa. Até mesmo o prazo de três sessões na pauta que foi colocada, tem pareceres da CCJ, tem pareceres das outras Comissões que dizem respeito ao projeto e, portanto, dentro do aspecto legal ele caminhou dentro da normalidade.

Agora, no mérito, claro, está entendido perfeitamente esta preocupação e entendemos perfeitamente isso. Aprovando hoje o projeto virá amanhã em 2ª discussão e evidentemente sairá de pauta porque vai receber as emendas e neste período teremos então prazo que vai determinar o Líder do Governo para que possamos, se for o caso, fazer mais uma audiência pública aqui na Assembléia ou nas próprias comissões para que possamos analisar. Ninguém quer empurrar goela abaixo o projeto. Mas, quero deixar bem claro que o projeto tramitou regularmente na Assembléia, passou pelas comissões além de ter tido uma audiência pública para que todos tivessem possibilidade de discutir e de analisar. Nem todos puderam participar, foi numa 2ª feira após a sessão e ficamos mais de duas horas e meia discutindo o projeto.

Entendo que podemos aprovar hoje o projeto, na sua constitucionalidade e volta amanhã recebe as

emendas e sai para então receber o substitutivo geral e haverá oportunidade para mais algum debate.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, encaminharemos a questão no mesmo sentido que foi encaminhado brilhantemente pelo Deputado Algaci Túlio. Este projeto se encontra na Casa a mais de um ano e alegar que faltou tempo para estudá-lo acredito dentro de um ano daria tempo.

O apelo feito pelo Deputado Augustinho Zucchi é compreensível e quero dizer aos Senhores Deputados que no que depender da Liderança do Governo para que se debata este projeto, se emende e se tenha conhecimento técnico deste projeto, está à disposição todos os técnicos da Secretaria de Planejamento para que possamos aperfeiçoar e aprimorar este projeto.

Mas, é importante que se ressalte o que disse aqui o Deputado Algaci Túlio: dezoito Estados já aprovaram este projeto. Estamos aguardando um ano para aprová-lo. Então, precisamos de rapidez para aprovar este projeto mas não queremos dizer com isto que nos furtaremos de trazer aqui as pessoas que entendem profundamente deste projeto para que discutam e esclareçam os senhores Parlamentares.

Por isso peço para a bancada de sustentação ao Governo que aprovemos hoje a sua constitucionalidade e amanhã naturalmente, com as emendas, ele volta para as comissões e teremos a oportunidade para discutí-lo melhor.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, de fato o projeto deu entrada na Assembléia Legislativa no mês de maio do ano passado. Todavia, o projeto só deu entrada na CCJ nesta legislatura tanto que o Deputado Algaci Túlio foi o relator e no ano passado ele não era Deputado. E, a Casa só toma conhecimento dos projetos de lei a partir do momento em que projetos começam a tramitar nas comissões técnicas que ela possui.

De forma que, muito embora o projeto já estivesse aqui neste Parlamento, não era de conhecimento da maioria dos Deputados a tramitação desta importante matéria.

Por isso, Senhor Presidente, tendo em vista a repercussão deste ato, tendo o alcance que uma lei como esta terá no Paraná, em função, na minha valiação, uma repercussão muito maior, inclusive do próprio pedágio, uma vez que o próprio agricultor teria que pagar a água que ele irá consumir. Minha posição é contrária a esse projeto de lei, em função de que teríamos discutí-lo, nos aprofundarmos mais

sobre esta matéria em função do reflexo que ela terá na vida do povo do Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor Presidente, ainda acho oportuno, já que falei do nosso projeto, de mostrar aos Deputados a diferença de um projeto e de outro. O nosso projeto ele visa regulamentar todos os recursos naturais, a exploração de todos os recursos naturais do Estado, não somente da água. O que o Governo fez foi mandar uma Mensagem do mignon do problema, do assunto mais palpitante que é a água, sendo que estamos perdendo a oportunidade de discutir a exploração de todos os recursos naturais do Estado que está dentro do nosso projeto, inclusive com depoimento da equipe do Governo dizendo que se espelharam no nosso projeto em grande parte da mensagem para encaminhar a esta Casa. Então, acho que se o nosso projeto está aqui a mais tempo, desde 96, acho que a Assembléia poderia estudar esse projeto que trata do assunto mais amplo da questão dos recursos naturais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A questão de ordem procede e a Mesa passa a decidir. O projeto, a Mensagem apresentada pelo Governo passou por todas as Comissões da Casa, portanto está em perfeitas condições de ser votada. O que não impede evidentemente, é de conhecimento de Vossas Excelências, que em 2ª Discussão sejam apresentadas emendas e inclusive apensados o projeto de Vossa Excelência, Deputado Neivo Berardin, desde que requerida à Mesa e aprovada em Plenário, uma vez que há necessidade de se constatar também se o projeto de Vossa Excelência passou pelas comissões pertinentes. Portanto, coloco em votação em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 255/98. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** Com o voto contrário da Bancada do PT, do Deputado Nereu Moura e Antonio Annibelli.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Pato Branco e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E DA C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 09, de 02.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 053/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo autorizar

o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Pato Branco e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 53/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Pato Branco.

Fundamentação

A proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por meio de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a manifestar-se, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade do referido Distrito Policial, pois o aumento da população no Município de Pato Branco torna visível tal necessidade.

Desta forma, o presente projeto de lei trará, não só a tranquilidade a população de Pato Branco, como também criará o mecanismo legal para a criação e instalação de tão esperado Distrito.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que estabelece a implantação de exemplar da Bíblia Sagrada, em linguagem Braile, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 18, de 23.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 122/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela obriga o Poder Executivo a fornecer exemplares da Bíblia na linguagem Braile, para todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

Ainda que meritória a proposição do autor, cabe destacar que a mesma implica em aumento de despesas ao Executivo, tornando-se desta forma inconstitucional.

Assim sendo, visando aproveitar a proposição do autor, apresentamos substitutivo em anexo, tornando o projeto de natureza autorizatória, corrigindo impropriedades gramaticais.

Face ao exposto o parecer é favorável, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 122/99
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a fornecer exemplares da Bíblia Sagrada, em linguagem Braile, para todas as Bibliotecas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 122/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo a implantação de exemplares da Bíblia Sagrada, em linguagem Braile, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a proposição sob aspecto legal, constitucional e regimental, apresentou parecer favorável. Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende ter o projeto um grande alcance social, com enorme benefício para a comunidade, tendo em vista a dificuldade de ser encontrada, essa obra, nas Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

Sendo assim, também, apresenta parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.99.
(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Banda Marcial da Guarda Mirim, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 36, de 03.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 218/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Banda Marcial da Guarda Mirim, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo, com sede e foro no Município de Tibagi. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 36, de 03.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 219/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo, com sede e foro no Município de Tibagi, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor Presidente, tendo em vista que o artigo 36, parágrafo 2º, parágrafo 5º, parágrafo 6º do Regimento Interno estão sendo violados, porque vinte e três dos Senhores Deputados claramente manifestaram a sua intenção de instituir uma CPI nesta Casa, para averiguar eventuais irregularidades na operação ocorrida com o Banco FonteCindam, SERCOMTEL, Prefeitura Municipal de Londrina e COPEL, e que esse requerimento foi protocolado no dia 12, e que apesar de protocolado com todas as assinaturas apostas neste requerimento e todas elas devidamente identificadas, porque constavam os nomes dos Senhores Deputados logo abaixo da assinatura.

E, sendo que o artigo 36, no seu parágrafo 2º, diz o seguinte: "que recebido o requerimento, o Presidente mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais". Estão todos satisfeitos. E ainda que deve ser baixado o ato de criação por parte desta Presidência, e até o presente momento esta Presidência ainda não pode fazê-lo, o que entendemos contrariar flagrantemente o Regimento Interno.

E tendo em vista sempre a sua lisura e a sua postura de decidir, como decidiu agora mesmo uma questão de ordem, que o senhor decida agora, neste momento, constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não fique numa situação desconfortável perante a opinião pública.

Era essa a Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Questão de Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, o artigo 36 já explicitamente esclarecido pelo Deputado Durval Amaral - que também fez Questão de Ordem - no seu parágrafo 2º, é muito claro. O requerimento já foi apensado à Mesa Executiva. O parágrafo 2º diz o seguinte: "...recebido o requerimento, o Presidente mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais". Vinte e quatro assinaturas já estão apensadas no requerimento. Caso contrário, não tendo sido preenchidos os requisitos regimentais - o que não é o caso desse pedido - devolve-lo-á ao autor, cabendo dessa decisão o recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Caso não haja nenhum descumprimento do pedido do Regimento Interno, o procedimento do pedido da Questão de Ordem do Deputado Durval Amaral - no nosso entendimento - é correto.

Solicitamos à Bancada do PT, que Vossa Excelência instale imediatamente a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Questão de Ordem procede.

No entanto, esta Presidência informa aos Senhores Deputados que o requerimento foi recebido pelo Presidente Anibal Khury, que dada a gravidade do requerimento, avocou para si a responsabilidade de estudá-lo e responder em tempo hábil.

Quero crer - e conversei com o Deputado Anibal Khury há pouco - que por não ter ainda motivos suficientes para o seu convencimento, adiará para a data de amanhã para, então, responder a Questão de Ordem e instalar imediatamente a CPI. Esta Presidência, em exercício, não possui sequer neste instante o requerimento da CPI, portanto, não tem como instalá-la. E, adia a decisão para a data de amanhã.

Essa é a decisão da Questão de Ordem.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**).

Senhor Presidente, gostaria de enfatizar aqui um aspecto da nossa Constituição Estadual, que a Assembléia Legislativa tem o poder de maneira impessoal. Ela tem que ser decidida por aqueles que estão no plenário e encaminhada de tal forma.

Portanto, acredito que ainda não está resolvida a Questão de Ordem encaminhada pelos Deputados Durval Amaral e Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Questão de Ordem.

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, entendo que a Presidência da Assembléia Legislativa é a Presidência de um Poder, é uma instituição, não se trata do Deputado Anibal Khury, nem do Deputado Nelson Justus, mas do Presidente Anibal Khury e, no caso, em exercício, o Presidente do Poder Legislativo, o Deputado Nelson Justus.

O requerimento foi apensado e cumpriu os procedimentos determinados pelo Regimento. Na minha visão, Vossa Excelência e o Deputado Anibal Khury não devem se opor a nenhum, a não ser aqueles legais, de acordo com o Regimento, para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entendo as suas razões e o seu posicionamento, mas quero manifestar o meu descontentamento - não aceito. Acho que a Mesa Executiva deve formalizar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, Deputado Vanhoni, a Mesa Executiva já decidiu a Questão de Ordem. Adia para amanhã a instalação da CPI ou não, desde que o Presidente Anibal Khury, que recebeu o requerimento da CPI constante que todos os argumentos e todos os dados técnicos desse requerimento estejam preenchidos. Eu, particularmente, como Presidente em exercício, nesse momento, não tenho sequer em minhas mãos o requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Questão de Ordem.

(**Assentimento**)

Vossa Excelência alega que não tem a cópia do pedido. Tenho em mãos e se esta é a dificuldade da Presidência em definir pela criação, eu a encaminho.

E a Presidência, seja ela qual for, se na pessoa respeitável do Deputado Anibal Khury ou de Vossa Excelência, tem que cumprir o Regimento, e o Regimento é claro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Regimento é claro e também entendo com clareza, só trabalho com documentos originais e não com fotocópias.

Está adiada para a data de amanhã a Questão de Ordem levantada por Vossas Excelências e encerro o assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 992-C, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Gostaria de pedir ao Deputado Neivo Beraldin se possível a retirada deste requerimento para votarmos no dia de amanhã. Como é um requerimento de Regime de Urgência tem que ser votado hoje. Então gostaria de pedir ao ilustre Deputado a retirada deste requerimento para que eu receba as informações da Secretaria da Fazenda para que amanhã possamos apreciar este requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sem problema para retirada do Requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se para a data de amanhã.

Requerimento nº 951, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Já fiz um entendimento com o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, ele pediu para que retirasse o requerimento, pois deverá apresentar os dados que solicito na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retirado pelo autor.

Requerimento nº 975, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, como sempre foi o nosso procedimento quanto a questão das concessionárias, das rodovias do Estado do Paraná, sempre foi de prestar todos os esclarecimentos feitos aqui pelos Senhores Deputados, além de colocarmos toda a documentação de todas as concessionárias à disposição na Secretaria de Transportes, nós temos prestado aqui todas as informações. Por isso, nós vamos aprovar esse Requerimento do ilustre Deputado Hermes da Fonseca, que pede informações sobre o lote 05 da ECONORTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento do Deputado Hermes Fonseca. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 984, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 983, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk e Moysés Leônidas, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 948 e 949, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 953, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 956 a 958, 978, 979 e 992-D, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 992-A, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 959 e 961, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno e Antonio Baratter,

constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 960, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 964 a 966, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 969 e 970, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 972 a 974, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 977, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 985, a 986, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 987, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 990, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 991, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 992, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 992-B, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para Discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hidekazu Takayama, inscrito.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, quero agradecer a oportunidade, não tomarei todo esse tempo de 15 minutos.

A razão de estar utilizando a Tribuna é primeiramente fazer o convite a todos os companheiros Parlamentares, para segundo encontro das

entidades de desenvolvimento assistencial e cultural, a EDAEC, que está se realizando hoje e amanhã no auditório José Pimentel de Carvalho, na Av. Cândido de Abreu, 367, que é o auditório constituído ali ao lado da igreja Assembléia de Deus.

Todos os Deputados sabem que as entidades assistenciais que nós aprovamos aqui muitas vezes têm dificuldades com relação ao Ministério Público, também ao Tribunal de Contas. E há uma série de informações que os assistentes sociais e pessoas ligados à obras sociais, creches, asilos, casas de recuperação de drogados, orfanatos e hospitais gratuitos, possam receber as orientações. E esse encontro vai ajudar aqueles que estão criando instituições para que possam receber as devidas orientações técnicas. estará presente a Dr^a Fany Lerner, Marina Taniguchi, enfim todas as pessoas envolvidas com ação social.

Gostaria de convidar todos os Deputados. O trabalho iniciou hoje às 14:00 e encerrando no final do dia de amanhã. O Presidente do Tribunal de Contas, ou alguém delegado por ele estará dando palestras como proceder com relação a prestação de contas das entidades assistências, culturais e educacionais.

A segunda razão que me traz aqui é com relação ao projeto de lei que já foi aprovado em 1^a discussão hoje. Sobre a colocação, a instituição, a implantação de uma exemplar da bíblia escrita na linguagem braile em todas as bibliotecas públicas e se possível nas bibliotecas dos colégios de nosso Estado. Por quê? Sabemos que cega é aquela pessoa que foi privada da maior das dádivas que um ser humano poder ter que é a visão. E a única maneira que podemos é elaborar um projeto de lei que possa minimizar o sofrimento, resgatar o direito de cidadania, devolver àqueles que são privados dessa maior das dádivas de um momento de conforto. Mesmo porque a bíblia ajudará essas pessoas a diminuir esse sofrimento, a entenderem a razão porque algumas pessoas muitas vezes sofrem mais de que os outros.

A bíblia, segundo a emenda que foi feita pelo parecer da Comissão, ela entende que um Deputado não pode aumentar despesa do Executivo. Fica aqui, ainda que seja através da emenda um projeto autorizatório o pedido para que não somente os Deputados apoiem a proposição, mas que nosso Governo também implante isso. Porque não haverá um custo muito alto para que se coloque uma bíblia em braile em cada biblioteca pública do Estado.

Imaginem um cego que por causa da privação de não ter visão, não consegue bons empregos, não consegue ter uma vida condizente. E diante disso com esse projeto de lei os cegos que não têm condições financeiras poderão se deslocar às bibliotecas da cidade e ter as porções da palavra de Deus

para que possam ter, no mínimo, o conforto, um consolo para diminuir a cicatriz aberta na alma.

Acredito que esse projeto não pode ser rejeitado, muito menos vetado pelo Sr. Governador. As bíblias em braile ainda são feitas pelo próprio Instituto do Cego. Quer dizer, se há um custo nisso, é uma maneira de ajudar o próprio instituto para que possam ter recursos e colocar, além do trabalho, devolver a eles um pouco da cidadania da qual têm direito.

Acredito que esse projeto que estou propondo tem por objetivo diminuir as dificuldades encontradas pelos portadores de deficiência visual. E que possam ter acesso não somente a bíblia, mas outros livros também pudessem ser escritos na linguagem braile dando assim a oportunidade para que todos tenham o mesmo direito de cidadania.

Considero esse projeto de suma importância e espero o apoio de todos os Srs. Deputados. Sei que não é fácil encontrar a bíblia nas livrarias e acredito que pelo menos tendo em cada biblioteca estas pessoas que sofrem e nem têm o seu devido direito de cidadania, pela privação, pela dificuldade de encontrar estas Bíblias, poderão fazê-los na biblioteca da cidade.

É meu pedido, Sr. Presidente, e não querendo me delongar gostaria de pedir o apoio e, quero, agradecer já apoio na primeira votação, mas pedir as autoridades que também se somem conosco para que por ele ser um Projeto Autorizatório, venha também encontrar a simpatia do nosso Governo Estadual e que ele possa aprovar nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 073, 176, 199 e 209/99

2^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 255/98, 053, 099, 218 e 219/99

1^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/99

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDIR ROSSONI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 1999.

“Em busca da dignidade Perdida”

O Estado de São Paulo.

É reconfortante verificar que ainda há autoridades públicas que se preocupam com questões que dificilmente renderão votos em qualquer eleição. Uma delas é a situação do sistema penitenciário. A opinião generalizada que se tem é que o sistema não recupera os presos e nunca poderá fazê-lo. Essa opinião, porém, felizmente, não se sustenta depois que se lê a série de três reportagens que o Estado publicou recentemente sobre o trabalho que está sendo desenvolvido no Paraná e São Paulo, especialmente no primeiro Estado, tendo em vista recuperar os detentos com o objetivo de reintegrá-los na vida em sociedade.

No Sistema Penitenciário do Paraná - como se mostrou nessa série da repórter Simone Biehler Mateos -, pode-se sair da prisão diretamente para o mercado de trabalho graças à oferta de ensino formal e de cursos profissionalizantes. Mas os efeitos dessa transformação do detento em homem consciente de seu nível de escolaridade e de sua habilitação se fazem sentir muito antes no cotidiano carcerário, os que se formam eletricitas, pedreiros e marceneiros auxiliam nas reformas e melhorias necessárias nas instalações e no mobiliário das prisões; os costureiros e alfaiates transformam roupas doadas em trajes sob medida; e há os que estimulam o detento à recuperação da auto-estima, cuidando de sua boa aparência, como os barbeiros, cabeleireiros e muito especialmente - os protéticos dentários.

Essa evolução é resultado de uma outra, em nível político, em boa hora adotada também no Estado de São Paulo. Assim expressa por Jose Tavares, Secretário de Justiça do Paraná: “Se investimos para recuperar até lixo, por que não deveríamos fazer isso com seres humanos?” Trata-se, com efeito, de buscar a dupla finalidade da sanção penal; a satisfação à sociedade pelo delito cometido e a recuperação, ou ressocialização do sentenciado. Se os responsáveis não tiverem em mente essa dupla formação da pena, o sistema penitenciário brasileiro só se prestará a uma socialização às avessas, isto é, ao contágio rápido da criminalidade, cujo extremo é a difusão do uso de drogas, a reconstituição, dentro das prisões, de quadrilhas formadas fora, e seqüestro de pessoas tomadas como reféns, as fugas e rebeliões. Só no Estado de São Paulo foram 225 fugas e rebeliões, entre 1994 a 1997.

Na Penitenciária Central do Estado, em Curitiba, 120 dos 1,4 mil detentos já concluíram o ensino médio. E oferta de acesso à escolaridade tem resposta extremamente positiva: um grupo já reivindica, além dos 58 cursos profissionalizantes promovidos em 1998 nos vários presídios do Estado pelo Departamento Penitenciário, cursos univer-

sitários. Em São Paulo, a profissionalização está, em termos proporcionais, em nível, bem inferior à registrada no Paraná, mil, para o total de 47 mil presos, contra 784, para 4,4 mil. Em compensação, o número de alunos no ensino formal nas penitenciárias paulistas praticamente dobrou, em quatro anos, passando de 4 mil para 9 mil. Essas várias formas de acesso ao trabalho reduzirão certamente os índices de reincidência, hoje estimados em 47%, em média.

Educação formal e profissionalização são, contudo, apenas parte da política voltada para a recuperação do detento. Há ainda o trabalho de reciclagem dos funcionários e agentes penitenciários. Há a necessidade de aumento do contato dos internos com o mundo de fora, que não pode mais ficar restrito às visitas de familiares, precisando envolver pastorais, associações comunitárias, representantes de advogados e de empresários. E há sobretudo a necessidade clamorosa de multiplicação e diversificação dos estabelecimentos penais, para se evitar quer a superlotação que se estende aos distritos e delegacias policiais, quer o contágio entre sentenciados recuperáveis e os de criminalidade contumaz.

Aqui entra a questão das penas alternativas, que previnem esse contágio. Tanto mais relevante, quanto mais se nota a relação de causa e efeito entre o encarceramento e o aumento dos criminosos. Se o número de presos, desde 1980, aumentou 239% em São Paulo, enquanto a população crescia apenas 39%, é tempo de a sociedade rever sua opção pela prisão. Segundo Cláudio Tucci, secretário-adjunto da Administração Penitenciária de São Paulo, entre 20% e 25% da atual população carcerária poderia cumprir pena em liberdade, prestando serviços à comunidade e com um risco relativamente baixo de reincidência, estimado em 12%. Acrescenta ele que apenas 35% dos atuais presos deveriam estar em presídios de segurança máxima, podendo os demais estar em prisões de menor segurança ou em unidades de regime aberto ou semi-aberto.

As políticas de governo precisam, pois, ser secundadas pela ação da Justiça na aplicação de penas alternativas, hoje imensamente facilitada pela lei aprovada no ano passado que lhe ampliou as possibilidades. Sem que se decida aplicar penas alternativas, o esforço de recuperação do detento poderá perder para o contágio dentro das penitenciárias.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 1999.

“Um, Dois, Três...”

Fabio Campana
Gazeta do Povo.

“Um Belinati incomoda muita gente, dois Belinati incomodam muito mais. Três, então, provocam seríssimas preocupações entre os que procuram montar o quebra-cabeças da política paranaense. É impossível não levar em consideração o clã que mantém hegemonia na região de Londrina, o segundo maior colégio eleitoral do estado. O problema dos adversários é que a força dos Belinatis vem das urnas. Antonio, o Prefeito, está no cargo pela terceira vez e todas as pesquisas indicam que ele terá o quarto mandato. É o único Prefeito de grande cidade paranaense em situação favorável para a disputa, com invejáveis 87% de aprovação de sua administração. A vice-Governadora Emilia Belinati permaneceu na chapa vitoriosa de Jaime Lerner porque expressa essa força eleitoral, que agora vai se ampliando em todo o estado. E Antonio, o filho, foi eleito Deputado Estadual com 80 mil votos, provando aos incrédulos que a tradição tem herdeiros para continuá-la na próxima geração.

Resumo da ópera: é impossível pensar o quadro sucessório do Paraná sem levar Londrina e sua área de influência em consideração. E não se pode refletir sobre a política em Londrina sem colocar em primeiro plano a força do clã Belinati. Esta equação, simples e objetiva, é que incomoda tanta

gente. Por isso mesmo, sempre que se aproximam as eleições, surgem teorias sobre a decadência do grupo, enquanto marketólogos e luas-pretas se apressam a oferecer planos para acabar com a estirpe.

Tem sido frustrante para os inimigos. Abrem-se as urnas e lá estão eles, os votos majoritários reelegendo os Belinatis.

Como explicar o fenômeno?

O populismo, dizem sisudos estudiosos de ciência política. A mistificação das massas pela propaganda política, observa um bolsista que faz mestrado na UNICAMP. Mas o que diz o povo que vota nos Belinatis? Alheio às elocubrações de alto bordo, aponta obras e programas que refletem preocupação com a qualidade de vida da maioria.

É a maioria que mais precisa de governo que vota nos Belinatis. Porque mais precisa de habitação, de escolas, de hospitais, de maternidades, de transporte, de empregos. Para o povão, o Prefeito Antonio, a vice Emilia e o outro Antonio, o Deputado, representam a chance de alcançar uma vida melhor. Aí repousa a força dos Belinatis. Os adversários que mais uma vez se unem para tentar derrubá-los, lançando-se no jogo bruto pré-eleitoral, só esqueceram de uma coisa, combinar com o povo. Este, segundo todas as pesquisas, continua fiel aos Belinatis que, pelo visto, vão continuar a incomodar muita gente.”